



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

A cooperação descentralizada como ajuda ao desenvolvimento social e participativo da juventude

Patrícia Sofia Miranda e Silva

Trabalho de Projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais

Orientador:

Prof. Doutor Rogério Roque Amaro

ICSTE-IUL

Setembro, 2011

“Eu sei que o meu trabalho é uma gota no oceano, mas sem ele o oceano seria menor.”

Madre Teresa de Calcutá

Dedicatória:

À minha filha Beatriz

Ao meu Anjo Gabriel

Agradecimentos

Quero deixar um agradecimento a todas as pessoas e instituições que contactei para conseguir realizar este trabalho. Pessoas que contribuíram para o enriquecimento deste estudo com bibliografia e troca de opiniões: Jorge Orlando, do Instituto Português da Juventude, Tiago Soares, da Secretaria de Estado para a Igualdade, Amália Martins, do Conselho Nacional da Juventude, Sílvia Roque, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e Prof. Carlos Sangreman da Universidade de Aveiro.

Aos meus professores do Mestrado, Eduardo Costa Dias e José Manuel Henriques, muito obrigado, pela ajuda aos conteúdos da investigação.

Um especial agradecimento à ONGD Sol Sem Fronteiras e ao Padre Tony Neves pelo apoio, colaboração, disponibilidade e amizade, pois sem ele, não teria sido possível realizar este estudo.

Agradeço também aos Jovens Voluntários do Projeto “Ponte” que prontamente, se mostraram disponíveis para colaborar, através do preenchimento do Questionário. Igualmente sem eles, não teria sido possível, retirar as conclusões que se retiraram.

A todos os meus colegas de mestrado, pela troca de ideias e de mágoas e um especial agradecimento à minha colega Joana Pedro, pela “ponte” que fez entre mim, o Padre Tony Neves e os jovens Pontistas.

Ao meu marido e à minha filha, pelo tempo que lhes roubei. Aos meus pais, pelo apoio e ajuda no dia a dia, para que eu conseguisse chegar até aqui.

Ao meu orientador, professor Rogério Roque Amaro... por tudo.

Resumo em Português

O presente trabalho de projeto tem como objetivo saber se os jovens que participam voluntariamente em projetos de desenvolvimento local, no âmbito da cooperação descentralizada, se tornam mais sensíveis a questões como valores, comportamentos cívicos, assim como se tornam mais participativos face aos desafios atuais da sociedade. Ou seja, saber se o contacto direto com outros jovens de outras nacionalidades, culturas, etnias e principalmente necessidades, faz com que sejam mais conscientes das boas práticas e de uma boa cidadania e participação.

Para ajudar esta investigação, foi escolhido o Projeto “Ponte” da Organização Não Governamental para o Desenvolvimento Sol Sem Fronteiras, com o apoio do Movimento Jovens Sem Fronteiras. Trata-se de um projeto de curta duração (um mês), que é realizado todos os anos, durante as férias do verão, com jovens portugueses, fomentando o contacto direto com outros jovens, de países de língua oficial portuguesa.

Para um enquadramento teórico deste trabalho, foi essencial desenvolver conceitos como o do Desenvolvimento, Participação, Empowerment, Cidadania, Cooperação, com especial ênfase à Cooperação Descentralizada e Juventude. No campo de estudo da Juventude foi imperativo, face à conjuntura atual e ao tema de estudo, desenvolver o conceito de valores e mudanças sociais.

Palavras-chave

Cooperação descentralizada

Participação

Juventude

Cidadania

Valores

Sistema de Classificação JEL:

J24 – Capital Humano, competências

O15 – Desenvolvimento Humano

Abstract

This master project aims to find out if Youth who voluntary participate in local development projects, within the framework of decentralized cooperation, become more sensitive to value issues, civic behaviors, among others; as well as became more involved with society present challenges. Mainly, it has a challenge of recognize if the direct contact with young people from others nationalities, cultures, ethnicities and all kind of social needs, makes them more conscientious of good citizenship practices and participation.

As mainstream for this academic investigation, the Non Governmental Organization for Development “Sol Sem Fronteiras” (Sun Without Borders) Ponte’s project (translation: bridge), which counts with support of Youth Without Borders Movement. It is a short term every year project (one month), which is held during the summer holidays, with Portuguese Youth, promoting direct contact with other young people within the official’s Portuguese language countries.

To a theoretical framework of this work, it was essential to mature concepts such as Development, Participation, Empowerment, Citizenship, Cooperation, with special emphasis on Decentralized Cooperation and Youth. Concerning Youth studies, it was imperative, given the current conjuncture and the subject of study, to also make some progress on the concept of values and social changes.

Key-words

Decentralized Cooperation

Participation

Youth

Citizenship

Values

JEL Classification System:

J24 – Human Capital, skills

O15 – Human Development

Índice

Glossário de siglas	Pág. IX
Introdução	Pág. 1
Metodologia de Investigação	Pág. 3
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	Pág. 5
CAPÍTULO I – A evolução histórica do desenvolvimento	Pág. 5
1.1. A evolução do conceito de desenvolvimento	Pág. 5
1.2. O surgimento de novos conceitos do Desenvolvimento	Pág. 8
1.3. Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Participativo	Pág. 10
CAPÍTULO II – Participação, Empowerment e Cidadania	Pág. 13
2.1. A Participação e o Empowerment	Pág. 13
2.2. Cidadania	Pág. 18
CAPÍTULO III – Cooperação	Pág. 22
3.1. Noções gerais sobre Cooperação e Ajuda ao Desenvolvimento	Pág. 22
3.2. Os atores da Cooperação para o Desenvolvimento	Pág. 24
3.3. Cooperação Descentralizada	Pág. 29
3.4. Algumas formas de Cooperação Descentralizada	Pág. 32
3.5. O Associativismo e o Voluntariado na Sociedade Civil	Pág. 34
CAPÍTULO IV – Juventude	Pág. 37
4.1. Definição de Juventude	Pág. 37
4.2. Os Jovens atuais	Pág. 38
4.3. Valores e Mudança Social	Pág. 38
CONCLUSÕES E ENQUADRAMENTO NESTE TRABALHO DE PROJETO	Pág. 45
PARTE II - ANÁLISE DE UM PROJETO	Pág. 48
CAPÍTULO V – Jovens Sem Fronteiras	Pág. 48
5.1. Jovens Sem Fronteiras	Pág. 48
5.2. Sol Sem Fronteiras	Pág. 53
5.3. Projeto PONTE	Pág. 56
CAPÍTULO VI - Análise dos Projetos Ponte	Pág. 59
6.1. Metodologia de análise	Pág. 60
6.2. Análise de resultados	Pág. 62
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	Pág. 69
FONTES E BIBLIOGRAFIA	Pág. 73
ANEXOS	Pág. 78

Glossário de siglas

ACP – Ásia, Caraíbas e Pacífico

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiático

ATL – Atividades de Tempos Livres

BM – Banco Mundial

CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

CD – Cooperação Descentralizada

CE – Comissão Europeia

CMRE – Comité de Municípios e Regiões da Europa

DL – Desenvolvimento Local

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

JSF – Jovens Sem Fronteiras

LIAM – Liga Intensificadora da Ação Missionária

OCDE – Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Económico

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

OI – Organização Internacional

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PED – Países Em Desenvolvimento

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RDA – República Democrática da Alemanha

SOLSEF – Sol Sem Fronteiras

UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

A Juventude é tema de muitos estudos e investigações, principalmente no campo sociológico. Estudam-se as formas como vivem, como se agrupam, a sua educação, a procura de emprego e o desemprego e/ou a sua adaptação ao mundo exterior em que vivem.

Por outro lado, muitos são igualmente os estudos sobre a cooperação. A sua evolução ao longo dos tempos, como ajuda imperativa ao desenvolvimento, como combate à pobreza ou mesmo como “obrigação” dos países mais ricos perante os mais pobres.

A cooperação descentralizada (aprofundada neste estudo) é um tema atual, pois é uma forma de cooperação em que os principais atores são as pessoas, ou seja, a sociedade civil. Representada em sua grande parte pelas ONG's, a cooperação descentralizada depende dos apoios financeiros para os seus projetos mas, principalmente, depende do voluntariado (a sua maioria de jovens).

Este projeto tem, do ponto de vista científico, a ambição de unir dois elementos fulcrais ao desenvolvimento da nossa sociedade: a juventude e a cooperação descentralizada. Ambos têm aspetos comuns e juntos, poderão desencadear modelos de transformação social.

Do ponto de vista social tende a reunir elementos que comprovem que através de ações de cooperação descentralizada, os jovens podem aprender a visualizar a sociedade que os rodeia de outra forma, mais crítica e, tornarem-se capazes de participar ativamente em projetos e ações de cidadania, a nível local, nacional e mesmo, internacional.

Por fim, os resultados deste estudo podem ainda ter influências do ponto de vista político, na medida em que indiretamente, poderão contribuir para as tomadas de decisão do poder político, nomeadamente na área da educação.

Nos dias atuais, o olhar dos adultos sobre os jovens tende a ser pessimista. Muitos associam os jovens à irreverência, a desinteresses e mesmo, à destruição de valores tradicionais.

No entanto, segundo a minha opinião, eles aproveitam o que lhes é inculcado e expressam-se através das críticas e rejeições, tendendo a formar-se uma mudança de valores que ainda individualizada, não está bem definida junto da sociedade. A sociedade ainda não os ouve, associando-os a uma inadequação, pois ainda está muito ligada a modelos vindos de gerações anteriores, conservadoras, sem abertura, fechando os olhos aos problemas atuais e a possíveis ideias inovadoras.

Na família vêm sentimentos de frustração perante o estado do país e do mundo; Na escola existe uma igualização, com padrões de referência, onde não têm muita possibilidade de

expressar as suas próprias ideias. Tratam-se de discursos intelectuais e “rotinas iguais”, que muitas vezes já não se encontram adequados às realidades das sociedades.

A família e a escola têm cada vez menos capacidade de transmitir valores adequados aos problemas atuais. Uma família tradicionalista, como a maioria das da nossa sociedade e uma escola, com estereótipos formados não conseguem estimular avanços cívicos. Estes requerem cada vez mais o desenvolvimento de várias capacidades, como a capacidade de adaptação, a capacidade de resolver problemas, a capacidade de trabalhar em equipa e ainda o desenvolvimento de sentimentos como o da solidariedade, da criatividade, da humildade.

Esta é a minha motivação pessoal: mostrar neste estudo que os jovens adaptam-se às realidades que se lhes apresentam. Mesmo em conjunturas diferentes, apresentam propostas de improviso e adaptação a uma transformação social, procurando muitas vezes, outros valores para o futuro da sociedade e da humanidade.

Fomentar a criação de vínculos entre jovens diferentes, o intercâmbio e o diálogo entre culturas, pode dar origem à criação de novas identidades e personalidades, pois deparam-se assim a uma grande diversidade de opções através destes contactos sociais e múltiplas identidades.

O principal objetivo deste estudo/investigação é perceber se a cooperação descentralizada pode contribuir para criar jovens ativos, participativos e sensíveis às questões quotidianas da sociedade e do exercício democrático.

Para isso foram definidos objetivos específicos:

- a) Compreender se a cooperação descentralizada é um motor transmissor de mudanças comportamentais nos jovens, isto é, poderá o contato direto com outras realidades, trazer alterações às ações e comportamentos juvenis?
- b) Será que a participação de jovens como voluntários em ações de cooperação descentralizada, fomenta o reforço da sua cidadania ativa? Se sim, em que termos?

Perante os objetivos propostos, foram definidas as seguintes hipóteses de investigação:

- a) Pode o contacto direto com outros jovens em realidades e culturas diferentes alterar o comportamento social da Juventude;
- b) Pode a Cooperação Descentralizada fomentar o reforço da cidadania e da participação juvenil;

Este trabalho de projeto está estruturado em duas partes. A primeira, de cariz teórico, define e aprofunda os conceitos de Desenvolvimento, Participação, Empowerment, Cidadania, Cooperação e Juventude. O conceito de Desenvolvimento, é um conceito imprescindível ao tema, principalmente o desenvolvimento local, que depende cada vez mais dos atores locais para ser enriquecido e, nos próximos dez anos, destes jovens, aqui alvos de investigação. Os conceitos de Participação, Empowerment, Cidadania, são igualmente importantes e interligam-se. No entanto, destes três conceitos, a Participação é um tema central ao estudo, pois tendo em conta os seus resultados, os mesmos têm efeitos diretos tanto no empowerment, como na cidadania.

Por outro lado, estudar a cooperação é também imperativo ao desenvolvimento do trabalho, com destaque à Cooperação Descentralizada, conceito primário que serve de base à explicação do tema e ao alcance das conclusões a que se pretende chegar.

Por fim, o conceito de Juventude, centrado na questão dos valores e na transformação social, dois elementos de profunda preocupação, face aos comportamentos atuais e, expectativas, face a comportamentos futuros.

A segunda parte deste estudo é dedicada aos Jovens Sem Fronteiras, à sua ONGD – Sol Sem Fronteiras e especificamente aos Projetos Ponte, projetos pioneiros na tentativa de união entre povos, entre culturas. Os Projetos Ponte fomentam a participação de jovens em pequenos projetos de desenvolvimento local, nos países de língua oficial portuguesa, dando-lhes a possibilidade de contactarem diretamente com outros jovens e verem outras realidades, outros modos de viver, muitas vezes com necessidades básicas que, para nós são banais.

Por fim, da análise destes projetos e dos seus resultados, espera-se encontrar respostas adequadas às hipóteses de investigação e os dados necessários a uma boa conclusão. Ainda, caso seja possível, desta análise de resultados, ambiciona-se igualmente encontrar elementos que sirvam de recomendações aos atores ligados direta e indiretamente a este estudo.

METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Para o início da investigação e durante toda a sua elaboração foi feita uma recolha de informação, através de bibliografia para o efeito, de forma a aprofundar os conceitos a tratar.

Foi efetuado um contacto com o Instituto Português da Juventude, com o fundamento de investigar o apoio estatal aos projetos de cooperação que envolvam jovens.

No âmbito da sociedade civil, foram contactadas ONGD que têm voluntariado jovem e que incentivam políticas descentralizadas de participação juvenil nos processos de cooperação, de

modo a selecionar um projeto que se enquadrasse no âmbito deste estudo. Muitas organizações mostraram-se disponíveis mas de facto, o Projeto “Ponte” da ONGD SolSef, foi o mais adequado e o que melhor transparece o que este trabalho pretende tratar.

Foram ainda contactados vários especialistas nas diversas matérias, de modo a se conseguir uma bibliografia enriquecida para cada conceito e opiniões relevantes sobre os temas a desenvolver.

Feito um levantamento teórico e de conteúdos, seguiu-se para uma fase seguinte que passou por um questionário de escolha múltipla, aos jovens pontistas, pois são os informadores privilegiados nesta investigação e uma pequena entrevista semi-estruturada e informal à ONGD Sol Sem Fronteiras, na pessoa do Senhor Padre Tony Neves, coordenador dos Projetos Ponte, ao longo destes anos. A entrevista foi de poucas perguntas e abertas, de forma a captar a opinião do coordenador do projeto sobre o tema a tratar. O questionário e a entrevista serviram de métodos, de complemento à bibliografia estudada e, essenciais ao alcance de conclusões.

O facto de não ser, nem nunca ter sido, voluntária na SolSef, facilitou o estudo do projeto e o seu resultado nos jovens, pois manteve-se um distanciamento essencial a um bom resultado. No entanto, embora católica e praticante, a principal dificuldade encontrada, foi distanciar as questões religiosas, do estudo do projeto e dos resultados obtidos. No entanto, não foi possível um total distanciamento pelo que, as razões religiosas acabaram por estar sempre presentes na investigação, embora dela não fizessem parte. É um projeto dos Missionários do Espírito Santo, da Igreja Católica e apesar de índole religiosa, serve perfeitamente de estudo de caso a esta investigação, pois trata diretamente de questões relacionadas com a participação, a cidadania ou a transformação social e poderá mesmo, servir de recomendações a futuros projetos idênticos, nos diversos atores (descentralizados), da sociedade atual.

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A primeira parte foi dividida em quatro capítulos: a evolução histórica do desenvolvimento, a Participação, Empowerment e Cidadania, a Cooperação e por fim, a Juventude. Estes capítulos serviram para aprofundar teoricamente os conceitos tratados neste trabalho, enriquecendo-o e face ao seu tratamento teórico, enquadrá-los na análise do projeto em estudo.

CAPÍTULO I – A evolução histórica do Desenvolvimento

Apesar de não ser um conceito essencial a este trabalho, o conceito de Desenvolvimento é aqui estudado de uma forma alargada, analisando-se o seu percurso histórico e as suas repercussões ao longo do tempo, nas sociedades. Tendo em conta que durante todo este percurso da investigação, colocam-se em causa os problemas atuais das sociedades, é importante avaliar a sua evolução ao longo dos anos e tentar perspetivar o futuro.

1.1. A evolução do conceito do desenvolvimento

O conceito de Desenvolvimento teve as suas origens, após a II Guerra Mundial.

No entanto, as principais influências históricas da modernidade sobre o conceito são: a Revolução Industrial, que o viabilizou materialmente e a Revolução Francesa, que o justificou ética e culturalmente.

Nesta altura, duas perspetivas principais dos autores Arthur Lewis e Walt Whitman Rostow, ilustraram as teorias do Desenvolvimento. Para estes dois autores, o Desenvolvimento tem por base o crescimento económico (uma base industrial). Um país industrializado significa ser um país desenvolvido.

Para Rostow, um bom indicador para o Desenvolvimento é o crescimento per capita. Para Lewis, ao Desenvolvimento, associa-se a modernização das estruturas produtivas.

Estes conceitos da modernização confrontam-se com a tradição. Para Lewis, os países desenvolvem-se à medida que se industrializam, tornando-se um modelo, com efeitos em cascata: a indústria vai opor-se à agricultura, o meio urbano vai opor-se ao meio rural e o capital físico vai opor-se ao capital humano.

Esta ideia de fazer o mesmo que os países desenvolvidos fazem, fez com que grande parte dos países não industrializados caísse num efeito de arrastamento (adaptação de modelos que já foram desenvolvidos).

Para Rostow, o Desenvolvimento é um processo limiar, progressivo e irreversível. A história vai acumulando etapas e cada país percorre as etapas de forma diferente. No entanto, há sempre efeitos progressivos, porque os países sabem o caminho a seguir.

Este paradigma da modernização teve várias consequências: aumentou significativamente a produção e o consumo de bens e serviços, melhorou os níveis de escolarização, melhorou as condições de saúde, aumentou os domínios científicos, inovou tecnologias, alterando modos de produção, consumo e lazer. Mas, em contrapartida, estas evoluções mencionadas notaram-se em apenas 1/3 da população mundial, deixando para trás 2/3 da restante. Negativamente, continuou a existir analfabetização numa grande parte dos países, continuaram a verificar-se doenças para as quais já existe cura e apareceram ainda novas epidemias que, por consequência, aumentaram a taxa de mortalidade e o aparecimento de novas formas de mal estar social, como a insegurança, o individualismo, a competição, o stress, a desumanização do trabalho e a degradação da natureza e dos recursos naturais. Verificou-se “uma gravidade crescente dos «problemas sociais» dos países ditos mais desenvolvidos, os custos sociais e ambientais do crescimento económico, e a acentuação do desfasamento entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento (...)” (Henriques, 1990:44).

Criticando esta visão economicista do desenvolvimento, François Perroux introduziu o conceito de progresso, ao desenvolvimento das sociedades. Para o autor, a sociedade é composta de estruturas heterogéneas (sociais, espaciais, sectoriais, ...) e em todos estes casos, não há simetria, mas heterogeneidade. As mudanças não evoluem no mesmo sentido e se isso acontecer, podem evoluir no mesmo sentido mas, não ao mesmo ritmo. É necessário distinguir a mudança global ou progresso, das suas componentes – as mudanças parciais, como o crescimento económico. Perroux introduz também, o conceito de “*economie de l’homme*”, em oposição à “*l’economie de l’argent*”, que era predominante e que teve como consequência “custos humanos”. Surgiram assim, as bases do Desenvolvimento Humano.

A modernidade começa a finalizar-se no final dos anos 60 e, afirma-se um novo processo que ainda hoje, não está enraizado.

A mudança de atitude em relação ao desenvolvimento foi consequência de uma desilusão por parte dos países designados como de “Terceiro Mundo”. As duas décadas de desenvolvimento tiveram falhanços, o que levou os países a reivindicarem novos modelos e condições de

desenvolvimento, ou seja, uma nova ordem económica internacional (equivalente a novas parcerias para o desenvolvimento).

Este mal estar começou a ser igualmente revelado nos países desenvolvidos, em primeiro lugar através de manifestações de rua e depois, através de formas mais interiorizadas.

As revoltas estudantis de Maio de 1968 em França e, Maio de 1969 em Itália, o Movimento Poder Negro, em 1970-72 nos EUA, contra a Guerra do Vietname e a Revolta dos Hippies (geração das flores), foram exemplos claros do mau estar dos países desenvolvidos, relativamente a um desenvolvimento demasiado economicista, que teve custos sociais elevados.

Em terceiro lugar, a tomada de consciência dos problemas ambientais nos “Países Desenvolvidos”, é outra componente de crítica ao desenvolvimento. A Conferência de Estocolmo, em 1972, o estudo feito pelo “Clube de Roma”, no mesmo ano, intitulado “Limits to Growth” e depois mais tarde, a Conferência do Rio, em 1992, levantam novas questões e críticas ao modelo de desenvolvimento, assentes em graves custos ambientais. A tomada de consciência de considerar a dimensão ambiental no desenvolvimento, fundamenta as bases do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Mais tarde, a interrupção da estabilidade e do “sucesso” do crescimento económico no pós guerra, com a crise económica instalada (desvalorização da libra esterlina - 1967, desvalorização do dólar americano - 1971, crise de “stagflation”, nos EUA, em 1971/73, a crise do petróleo, em 1973 e 1979/80, o endividamento externo, nos anos 80 e a crise de “subprime”, a partir de 2007), trouxe ao desenvolvimento, várias consequências: crescimento económico irregular e instável; a economia tornou-se global e de difícil regulação e o tipo de crescimento económico, tornou-se menos amigável do desenvolvimento (menos criação de emprego, empregos precários e instáveis, desigualdade na distribuição de rendimentos, ...). Nos países socialistas, também se multiplicaram as manifestações de mal estar a vários níveis: a Primavera de Praga, em Outubro de 1968, a agitação laboral da Polónia, nos anos 70, em que foi criado um sindicato livre - Solidariedade e, emergiu o protagonismo de Lech Walesa, a crise do abastecimento, o racionamento dos bens na URSS e RDA, nos anos 70, 80, a crise nuclear de Chernobyl, em 1987, a crise política na URSS, Perestroika (reestruturação) e Glasnost (transparência), nos anos 80 e a queda do muro de Berlim, em 1989.

1.2. O surgimento de novos conceitos de Desenvolvimento

Esta deterioração descrita anteriormente, faz repensar a relação entre crescimento económico e desenvolvimento: que modelo de crescimento económico é compatível com os novos conceitos de desenvolvimento ou, será que vamos ter um desenvolvimento sem crescimento económico? (Alfred Sauvy: pensar o desenvolvimento associado a um crescimento “0”).

A procura de uma renovação do desenvolvimento que se adequa às novas necessidades das sociedades fez com que se originassem novos conceitos de Desenvolvimento. Organizados por Roque Amaro, em três “fileiras conceptuais”, tendo em conta os contextos dos conceitos, surgiu na fileira do ambiente, o Desenvolvimento Sustentável, na fileira das pessoas e do seu papel nas comunidades (people-centre), o Desenvolvimento Local e o Desenvolvimento Participativo (abordados no ponto seguinte, uma vez que são conceitos importantes à análise deste trabalho) e na fileira ligada à questão dos direitos humanos e sociais, o Desenvolvimento Humano e o Desenvolvimento Social. Associado ao “Paradigma da Complexidade”, surge um conceito transversal, pois aparece ligado a todos os outros, o Desenvolvimento Integrado. Segundo Roque Amaro, esta tipologia permite salvar conceitos menores que tiveram um papel importante na análise do Desenvolvimento.

A fileira do ambiente e o conceito de Desenvolvimento Sustentável, têm como data de referência inicial, o ano de 1972, quando, pela primeira vez, a ONU convocou uma Conferência sobre “Ambiente Humano e Desenvolvimento”, por pressão de grupos ecologistas, que tentavam colocar o tema em agenda, mas também, por pressão dos países nórdicos. Esta Conferência de Estocolmo teve várias consequências: a criação de uma Comissão da ONU para tratar dos assuntos do ambiente – World Commission Environment and Development, a criação de um grupo de trabalho para estudar o tema e apresentar propostas – Comissão Brundland (de onde surgiu em 1987, o “Relatório Brundtland – o nosso futuro comum”¹) e a Cimeira da Terra que decorreu no Rio de Janeiro, em 1992. Marcou também o início desta fileira, a publicação do estudo encomendado pelo Clube de Roma – “Limits of Growth”, de onde se concluiu que, a natureza impõe limites estratégicos ao crescimento económico e que se vive num crescimento insustentável, sem bases naturais.

Desde estes dois marcos que, o Desenvolvimento Sustentável é tema de muitos estudos e de muitas tentativas de políticas adequadas à sua implementação.

¹ Relatório Brundtand – “O Nosso Futuro Comum”: documento que propõe o desenvolvimento sustentável, informando sobre a incompatibilidade entre este tipo de desenvolvimento e os recursos naturais do planeta. O Relatório apresentou assim, uma lista de ações a serem desencadeadas pelos Estados e realizadas a nível mundial. Este documento antecedeu a Agenda 21.

Em 2002, na Cimeira de Joanesburgo, procedeu-se a uma reformulação do conceito, de forma a conjugar três dimensões: crescimento económico, coesão social e preservação ambiental.

Considera-se assim, o Desenvolvimento Sustentável, como um “processo de satisfação de necessidades actuais que não põe em causa a satisfação de necessidades das gerações futuras” (Amaro, 2003:56) ou seja, uma Solidariedade Intergeracional, que mantenha uma relação de respeito pela natureza e pelos recursos naturais não renováveis.

Na fileira ligada à questão dos direitos humanos e sociais, surgem o Desenvolvimento Humano e o Desenvolvimento Social.

Como foi atrás mencionado, teve a sua origem nas análises de Perroux sobre “l’*économie de l’homme*” e mais recentemente nos anos 70, pela imposição das “Basic Needs” acima de qualquer outro objetivo do Desenvolvimento.

O Desenvolvimento Humano foi um conceito introduzido pela primeira vez, no Relatório do Desenvolvimento Humano, do PNUD, em 1990, ao qual é associado um novo indicador: IDH – Indicador de Desenvolvimento Humano².

Deste modo, o Desenvolvimento Humano é definido como: “o processo de aumento das escolhas das pessoas, que lhes permitam levar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno, enquanto os preservam para as gerações futuras, proteger a segurança pessoal e alcançar a igualdade para todas as mulheres e homens”³.

O Desenvolvimento Social foi um conceito que surgiu em 1995, aquando da Conferência da ONU, em Copenhaga, com o fundamento de discutir os problemas sociais do Desenvolvimento. Um dos objetivos era estabelecer compromissos entre os estados para garantir níveis mínimos de bem estar social. Sendo assim, o Desenvolvimento Social define-se como “o processo de garantia de condições sociais mínimas, bem como de promoção da dimensão social do bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais” (Amaro, 2003:59).

Fora do perfil das fileiras, encontra-se o Desenvolvimento Integrado, que é referido em todos os outros conceitos e define-se como:

² “IDH – medida composta que mede a realização média em três dimensões básicas do desenvolvimento humano – uma vida longa, conhecimento e um nível de vida digno”(PNUD 2003), (Amaro, 2003:58).

³ PNUD (2003), (Amaro, 2003:58-59).

O processo que conjuga as diferentes dimensões da vida e dos seus percursos de mudança e de melhoria, implicando, por exemplo: a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político e o ambiental; a quantidade e a qualidade; as várias gerações; a tradição e a modernidade; o endógeno e o exógeno; o local e o global; os vários parceiros e instituições envolvidas; a investigação e a acção; o ser, o estar, o fazer, o criar, o saber e o ter (as dimensões existenciais do desenvolvimento); o feminino e o masculino; as emoções e a razão, etc. (Amaro: 2003:59).

1.3. Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Participativo

Na fileira do Desenvolvimento, centrado nas pessoas e nas comunidades (people centered), encontram-se o Desenvolvimento Local e o Desenvolvimento Participativo. Nesta fileira (da participação e da cidadania), as pessoas são os protagonistas dos papéis da mudança. O enquadramento destes novos conceitos provém do Desenvolvimento Comunitário, introduzido nos anos 60, pelos técnicos da ONU, aquando da sua participação direta, nos projetos de desenvolvimento, nos países pobres. Este Desenvolvimento Comunitário assentava essencialmente em três pressupostos: auscultação das comunidades (dos seus problemas e necessidades), mobilização das suas capacidades e saberes e ainda, articulação de respostas.

No seguimento destes conceitos, surgiram outros que antecederam o Desenvolvimento Local e Participativo: O “Village Concept” da OMS, “Another Development” das ONG’s nórdicas, o “Desenvolvimento Alternativo”, dos grupos urbanos da Bélgica, o “Desenvolvimento Endógeno” ou “bottom-up” e o “Desenvolvimento Territorial”.

Surgem então o Desenvolvimento Local e o Desenvolvimento Participativo, conceitos que, com o progresso participativo das sociedades civis, têm ganho importância nas últimas décadas.

O Desenvolvimento Local exprime fundamentalmente o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas. (Amaro, 2003:57).

Segundo ainda Roque Amaro, o Desenvolvimento Local é um conceito que resulta da junção do modelo territorialista com as experiências de terreno, que demonstram a sua capacidade perante os desafios da globalização.

Roque Amaro apresenta assim a seguinte definição de Desenvolvimento Local:

Processo de mudança centrado numa comunidade territorial de pequena dimensão, que visa a satisfação das necessidades fundamentais que se encontram insatisfeitas, a partir de uma mobilização preferencial das capacidades endógenas e que implica uma dinâmica e metodologia de participação, sendo no entanto, importante, o apoio de recursos exógenos que sejam fertilizadores, que se desenvolve numa

perspectiva integrada, exigindo processos de trabalho em parceria com um impacto tendencial em toda a comunidade e segundo uma grande diversidade de processos e resultados.⁴

A cooperação local, a defesa de interesses comuns de um determinado território, através de uma participação ativa das suas populações, em torno de um desenvolvimento local, assenta principalmente na defesa e criação de melhores condições de vida. Com o envolvimento de capacidades próprias, recursos locais e interesses em comum, conseguiu-se vitórias que a governação foi incapaz de discutir... e é este método prático e de utilização das capacidades endógenas e de valorização das populações locais que de futuro, terão de ser incrementadas para o desenvolvimento local e sustentável das populações. No entanto, tudo isto apenas é possível, se as suas populações tiverem uma dinâmica de participação, uma capacitação de que é necessário um trabalho de equipa, de parceria.

Nos anos 90, o conceito foi levado em conta pela OCDE e pela UE, influenciando políticos e medidas de intervenção.

Ao Desenvolvimento Local, está intrinsecamente ligado o Desenvolvimento Participativo, que com as mesmas características do Desenvolvimento Local, assenta igualmente as suas teorias, no papel das pessoas como agentes da mudança, promovendo assim uma cidadania ativa e participativa.

Ainda dentro da mesma “fileira”, Roque Amaro define o Desenvolvimento Participativo como:

A adopção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, desde a concepção e decisão à avaliação, passando pela execução, direcção e acompanhamento, implicando a afirmação plena da cidadania, nos seus direitos e deveres. (Amaro, 2003:57).

Este conceito de Desenvolvimento engloba questões como a da cidadania e do empowerment, elementos fulcrais na condição da participação.

É com esta fileira que as ONG's se identificam, assim como outras organizações da sociedade civil, pois é a que melhor define o enquadramento dos seus trabalhos.

Segundo Augusto Santos Silva (Silva, 1956:02), o Desenvolvimento tem necessariamente a ver com transformação. O Desenvolvimento é um processo de elaboração, de confronto e de realização de projetos, aliando-se à vontade, ao interesse e ao conflito. Para o autor, Desenvolvimento é dinâmica, movimento, transformação, mudança.

⁴ Aula de Seminário sobre Teorias e Práticas do Desenvolvimento II, do Mestrado de Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais, lecionada a 08 de Abril de 2010.

As sociedades não são estáticas e são as transformações que geram o seu desenvolvimento, transformações essas que, atualmente intitulamos de “crise”.

Todos os processos sociais são dinâmicos e implicam uma diversidade ampla de movimentos, ajustamentos, mobilidades, variedade, a tradição não pode ser contraposta à mudança como a inércia ao movimento, a resistência à acção, ou o passado ao futuro. (Silva, 1956:11).

Ainda segundo o autor, há crises que têm uma dimensão revolucionária, colocando em questão, ordens sociais prevalecentes. A consolidação das transformações passa pelo regresso do extra-ordinário ao ordinário, ou seja, do acontecimento à rotina, da inovação à instituição. Mas, as mudanças não são apenas reestruturações, podem ser desestruturações, pelo que se deve apostar nas capacidades dos atores da sociedade.

Por outro lado e numa escala mundial, cada vez mais as intervenções na sociedade devem ser globalizadas, porque os problemas começam a não afetar apenas uns residentes, mas todos os residentes da nossa “aldeia global”. O problema da satisfação das necessidades básicas, começa neste momento, a afetar os países da Europa e das Américas e não apenas o continente africano.

Os projetos de desenvolvimento dependem dos problemas identificados e das escolhas feitas pelos atores para os incrementar.

Para haver dinâmica, movimento, transformação e mudança, há que aproveitar motivações, valores, razões, interesses e objetivos dos atores, assumindo a sociedade, a imprevisibilidade e a indeterminação dos processos e a variabilidade das escolhas e estratégias. Para que tudo isto seja possível, as transformações com base em sistemas participativos, têm de ser feitas em sistemas abertos e dinâmicos, capazes de assumir a mudança, respeitar as convergências e favorecer as práticas.

CAPÍTULO II – Participação, Empowerment e Cidadania

Como já foi referido anteriormente, é muito importante a este estudo, analisar os conceitos de Participação, Empowerment, Cidadania. Os três conceitos têm uma interligação e complementando-se, sendo mesmo impossível aprofundar um deles, sem que os outros estejam presentes. No entanto, dos três conceitos, a Participação é elemento fulcral do estudo, apresentando-se mesmo, na segunda parte do trabalho, o Empowerment e a Cidadania como dimensões da sua análise.

2.1. A Participação e o Empowerment

O conceito de Participação está enquadrado nas teorias do Desenvolvimento, atrás mencionadas. Como já foi referido, numa primeira fase do Desenvolvimento, as questões económicas são mais relevantes, colocando-se de parte as necessidades das pessoas e o Desenvolvimento Humano. Nesta fase, “Participação” significava “a mobilização das pessoas para levar a cabo projectos económicos concebidos a partir de cima (top-down), por elites e agentes de desenvolvimento, e implementados pelas agências especializadas dos doadores em conjunto com as instituições dos países beneficiários.” (Alves, 1996:54). As pessoas participavam nos projetos de desenvolvimento, apenas para fornecer mão-de-obra e a participação limitava-se a descentralizar o aparelho governamental.

Atualmente, não é apenas o bem-estar económico que está no auge das políticas de desenvolvimento mas sim, o bem-estar social. Ao bem-estar material, sobrepôs-se o reforço por uma melhoria da capacidade de evolução, através de um envolvimento nos planos da sociedade. À macro economia e industrialização, sobrepõe-se a intervenção de moradores locais, ao governo central e direções de larga escala, sobrepõem-se tomadas de decisões locais, que têm como consequência, mudanças também locais e a introdução de novas práticas.

A participação é pois realizada a nível individual ou de grupo, no mercado, no sistema político, ou em comunidades de cariz diverso e pressupõe a consciencialização ou “empowerment” dos indivíduos, isto é, o livre acesso à tomada de decisão a todos os níveis, incluindo o político. (Alves, 1996:55).

A Participação ocorre quando a própria pessoa se envolve, tornando-se ator e para o Desenvolvimento Local, tem de existir uma pedagogia e uma metodologia de ação. O importante são as pessoas da comunidade e não os técnicos.

A Participação pode ser vista como um meio ou como um fim do desenvolvimento. Ao passo que a voluntariedade e a mobilização são fundamentais para a participação como meio, enquanto fim, deve

ser entendida como instrumento para a promoção de objectivos normativos de desenvolvimento como justiça social, equidade e democracia, e surge desde as populações (inside out, under-top), conhecida também como participação enquanto *empowerment*, ou seja, exige descentralização de poder. (Bernardo, 2009:13)

A participação é pois realizada a nível individual ou de grupo, no mercado, no sistema político, ou em comunidades de cariz diverso e supõe a consciencialização ou empowerment dos indivíduos, isto é, o livre acesso à tomada de decisão a todos os níveis, incluindo político. (Alves, 1994:38). As estratégias de cooperação para o desenvolvimento vão incorporando a participação popular nos seus manuais, ou seja, as pessoas como agentes e beneficiários do seu próprio desenvolvimento e no controlo das suas próprias vidas. Estimula-se assim, o seu produtivismo, a consciência de auto-suficiência, de auto-confiança e muitas vezes, criatividade.

As componentes económicas foram assim ultrapassadas pelas componentes sociais, no que diz respeito ao desenvolvimento de uma comunidade.

A ideia do Desenvolvimento Participativo é introduzir no Desenvolvimento Local, novas ideias e inová-las com base nos seus próprios recursos. Coloca as pessoas no local, como agentes com capacidade de controlar o seu próprio desenvolvimento, o seu próprio futuro. Dá-lhes a oportunidade de decisões que dizem respeito às suas ruas, bairros, localidades, ...

No entanto, esta introdução não pode ser feita através da força e da imposição. Normalmente é um processo de longo prazo e tem de ser evolutivo.

Inverte-se assim, a visão de que são os profissionais e os especialistas que sabem o que é melhor para as comunidades. As comunidades são encorajadas a serem os profissionais, são encorajadas a serem as vozes ativas.

Paulo Freire foi um defensor de que era necessária uma abordagem alternativa para o Desenvolvimento, o qual considerava-o como social, cultural, espiritual e político, com necessidades ambientais e não apenas económicas e enraizado na industrialização. Para o autor, as pessoas devem ter o controlo dos seus próprios futuros e a “participação” é um conceito chave.

A capacidade social, ou seja, as ligações e convivências com outros indivíduos e a forma de estar em sociedade, é o elemento fulcral para a adaptação da pessoa à participação coletiva. Esta capacitação reflete-se na responsabilidade individual perante o bem comum e, da sua influência perante o desenvolvimento dos processos. Tem de haver uma tomada de consciência (num processo contínuo) que tenha por base, o melhoramento das comunidades

loais, assim como, a tomada de consciência de que é o indivíduo, no seu poder individual que, trabalhando em grupo, define o seu futuro e o desenvolvimento local de onde faz parte.

Um agente de desenvolvimento local, ou seja, um indivíduo envolvido num “Desenvolvimento Participativo”, tem de ter consciência de que deve ter capacidade de pensar como cidadão e como político local e integrar as suas ideias nas ideias da comunidade local.

O PNUD define o reforço da capacidade como:

O processo pelo qual os indivíduos, grupos, organizações, instituições e sociedades aumentam a sua capacidade de executar funções básicas, resolver problemas, definir e atingir os objectivos e entender e lidar com o desenvolvimento de necessidades num contexto amplo e de forma sustentável.⁵

Diane Guthrie defende mesmo que os países não têm uma capacidade adequada e em consequência, não estão a ser realizados esforços para atingir os ODM, pelo que as boas práticas de participação não só fortalecem esses esforços como a capacidade das sociedades em capacitar as vozes de todos, incluindo os pobres (Guthrie, 2008:163). A autora defende assim a ideia de que a participação contribui para a realização dos ODM, para além de se tratar de uma contribuição para a construção de capital social e relações políticas entre as populações e o governo.

O processo de envolvimento ativo e continuado, de natureza individual e/ou coletiva tem mostrado que a capacidade de envolvimento conjunto em momentos de tensão (negativos e positivos), através da ação coletiva, tem contribuído para a governação democrática e sustentável. O peso do envolvimento cívico das pessoas, nos assuntos comunitários, tem vindo a demonstrar confiança no progresso e no desenvolvimento local e é com base nesse pressuposto, que se defende atualmente o conceito de Capital Social.

O capital social é assim associado ao facto de as pessoas usarem os seus próprios recursos a favor de terceiros, ao facto de poderem investir umas nas outras e igualmente, poderem mobilizar os recursos umas das outras. Segundo Putnam (1993), no seu livro *Making Democracies Work*, os principais componentes do capital social são a confiança, as normas de reciprocidade e o envolvimento nas redes sociais. (Halman, 2003:260). Ou seja, segundo o autor, a eficiência da sociedade e das instituições é condicionada pela organização social, através de características como a confiança, reciprocidade e interação nas redes sociais. É este conjunto de características que constitui o Capital Social de uma sociedade. Da mesma opinião, James Coleman entende que esta forma de capital facilita as ações (individuais e

⁵ Retirado de: <http://www.yale.edu/tri/pdfs/bulletin2005/066Bull05-Patel.pdf>
(tradução livre)

coletivas), originadas por redes de relacionamentos, reciprocidade, confiança e também, tal como Putnam, normas sociais.

A Participação é uma forma essencial do capital social: quanto mais desenvolvida for nos sistemas de uma sociedade, maior será a probabilidade de os cidadãos cooperarem (Putnam, 1996). Ainda segundo o autor, o capital social, assim como outras formas de relações sociais, multiplicam-se com uso e caso, não sejam estimuladas, caem em desuso.

O capital social potencia assim, a capacidade das pessoas no relacionamento social para prosseguirem interesses, tornando-se assim, num recurso ao Desenvolvimento Social. Recursos como confiança, partilha, entajuda, relações sociais, ..., fomentam a participação e a cidadania e promovem igualmente a democracia.

Na sua obra *“The Forms of Capital”*, Pierre Bourdieu assinala três formas de capital: o capital económico, o capital cultural e o capital social. Define então, capital social como um conjunto de recursos potenciais, ligados a redes de relações de conhecimento e ações mútuas.

Existe então uma interação social, que tende a unir-se e a fazer a diferença, através de atos de solidariedade, de confiança mútua e, que já demonstrou ter potencialidades suficientes para mudar. Este poder de cooperação, poder de união, poder de decisão conjunta, está enraizado nas sociedades atuais como um capital humano e social que, através de métodos participativos, criam pontes para o Desenvolvimento.

Para Roque Amaro, a Participação tem associada a si, o conceito de “empowerment”, sendo este um “reforço de capacidades, competências ou poder, sendo, simultaneamente, uma pré-condição para a participação e o exercício da cidadania e um processo de formação e de aquisição de poder, que deles resulta em permanência”. (Amaro, 2003:58).

Esta capacitação permite por sua vez, uma autonomização e portanto, a ganhos de poder - “Empowerment”, ou seja, ganhos de capacitação e poder, através de uma cidadania ativa, dentro de uma lógica de participação, onde se assume a liderança do seu próprio projeto, confiança e tomada de decisão, em prol do futuro.

A participação, na sua concepção como processo, tem entre muitos, o objetivo da mobilização dos recursos locais e das capacidades endógenas, que se traduzem a longo prazo num empoderamento (“empowerment”) das capacidades endógenas que, ao ser atingido, reforça essa mesma participação que lhe deu poder.

O Empowerment é um conceito defendido por John Friedman (1996) que, tem como principal objetivo, a mobilização de todos os recursos e potencialidades de uma comunidade, em prol da satisfação das suas próprias necessidades.

Para o autor, o empowerment é uma estratégia alternativa, aos métodos alternativos de desenvolvimento e destaca-se por três tipos de poder: social (ligado ao acesso à informação, ao conhecimento e técnicas, à participação e organizações sociais e aos recursos financeiros), político (acesso às tomadas de decisão, que afetam o futuro como indivíduos) e psicológico (resultado dos poderes sociais e políticos, que traduz numa força pessoal).

O “Empowerment” é também, uma detenção de poder, defendida por Rappaport (1981), no contexto da análise comunitária, sendo deste modo, um processo e um resultado do Desenvolvimento Participativo, em que o seu sucesso depende do envolvimento das pessoas.

Para Gita Sen (1994), o empowerment implica uma mudança nas relações de poder, através de um controlo de recursos e de ideologia. O empowerment é o processo para adquirir esse controlo.

A contribuição mais significativa e original de Sen é a sustentabilidade do empowerment. O empowerment só será sustentável se o indivíduo conseguir alterar a percepção de si mesmo e tomar controlo sobre sua vida. Isto envolve um processo exclusivamente interno, onde os agentes externos se reduzem a meros canalizadores. (Monteiro, 2008:61).

Um desenvolvimento alternativo centra-se no povo e no seu ambiente, ao invés de se centrar na produção e nos lucros. (...) baseado como tem que ser, nos espaços de vida da sociedade civil, aborda a questão de uma melhoria das condições de vida e de existência da perspectiva doméstica. (Friedmann, 1996:33).

O empowerment tem assim duas dimensões: uma individual e outra coletiva (em grupo). Num processo interativo entre uma pessoa e a sua sociedade, existe um envolvimento das capacidades dessa pessoa para a resolução dos problemas dessa sociedade e, por conseguinte, os seus problemas. Os métodos participativos dão oportunidade de tentativa de resolução dos problemas pessoais e da comunidade local e são processos para fomentar a saída da incapacitação.

Como adiante poderemos confirmar, uns bons “aliados” da Participação são a Cooperação Descentralizada e o “empowerment”. Segundo o PNUD (1993:5), “the decentralization of power – from capital cities to regions, towns and villages – can be one of the best ways of empowering people, promoting public participation and increasing efficiency.” (Barreira, 2010:23-24).

Por outro lado, o conceito ao levar em consideração que as capacidades das pessoas são imprescindíveis para a mudança e relacionamento social, constitui também uma das ferramentas de construção da Cidadania e dos processos democráticos, de igualdade e de justiça social.

2.2. Cidadania

Como referi anteriormente, todos estes conceitos estão interligados e complementam-se e ao bom relacionamento entre o conteúdo dos mesmos e as boas práticas dos cidadãos, podemos ainda retirar um outro – a Cidadania.

“O exercício responsável da cidadania aprende-se à medida que as pessoas ganham coragem, descobrem novos horizontes e se tornam gradualmente cientes dos seus direitos como membros das comunidades políticas livres (Freire, 1973, 1981)”. (Friedmann, 1996:83).

Segundo Barbalet (1989:12), a cidadania pode ser descrita como participação numa comunidade ou como a qualidade de membro dela, contribuindo para o “bem público”. Ainda para o autor, tipos diferentes de comunidade política geram diferentes formas de cidadania.

O conceito de cidadania vem evoluindo ao longo dos tempos, adaptando-se às realidades das épocas. Este princípio, atrás mencionado, de Barbalet, de que a cidadania equivale à participação do cidadão numa comunidade, já veio descrito há cerca de dois mil e quinhentos anos no terceiro livro da obra “*Politics*” de Aristóteles. “Para Aristóteles, cidadania era o status privilegiado do grupo dirigente da cidade-estado” (Barbalet, 1989:12). Assim, a condição de participação como cidadão, implicava a pessoa em causa, ser membro de uma comunidade política, com exercício de poder e os restantes membros da sociedade que não o fossem, não podiam participar enquanto cidadãos.

As críticas a este modelo de cidadania democrática moderna foram estabelecidas por Karl Marx, nos anos quarenta, do século XIX. Aquando dos seus estudos sobre as Revoluções Americana e Francesa, que originaram a cidadania moderna, teceu a seguinte conclusão:

À sua maneira, o Estado anula as diferenças baseadas no nascimento, na posição social, na educação e na profissão, quando declara que o nascimento, a posição social, a educação e a profissão são diferenciações *não políticas*, quando proclama que todos os membros da população são participantes iguais na soberania popular independentemente destas diferenciações, quando trata do ponto de vista todos os elementos que compõem a vida autêntica das pessoas. Todavia, o Estado permite que a propriedade privada, a educação e a profissão actuem e afirmem a sua natureza particular à sua própria maneira, isto é, como propriedade privada, educação e profissão. Longe de abolir estas diferenciações factuais, o Estado conta com elas para poder existir. (Barbalet, 1989:14).

Para Marx, os limites à cidadania, feita através de transformação política podem ser ultrapassados apenas através da revolução social, onde se possa destruir as desigualdades de condições sociais e de poder.

Foi esta alternativa defendida por Marx, que alterou o debate sobre cidadania no séc. XIX, aquando o aparecimento de um movimento de trabalhadores que lutou pelo direito de formar sindicatos e de negociar salários e condições de trabalho.

É certo, contudo, que durante os últimos cem anos mais ou menos as condições de desigualdade social nas sociedades capitalistas ocidentais se modificaram, e que essas mudanças estão associadas à participação de membros da classe sem propriedade e sem poder no status de cidadania. (Barbalet, 1989:15).

Numa história mais recente, após a II Guerra Mundial (1939-1945), foi criada uma nova declaração de princípios, de forma a promover valores e ação coletiva: A Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948). A Declaração atribui ao ser humano, um estatuto próprio na sua comunidade local, nacional e internacional. Constitui assim, um estatuto comum de cidadania mundial, independentemente da nacionalidade, sexo, idade, religião, etnia, ...

Em 1950, na obra “*Citizen and Social Class*”, Marshall apresenta a teoria de que a cidadania deriva da relação entre os desenvolvimentos da natureza da cidadania e do sistema de classes.

Marshall afirma que:

À medida que o capitalismo evolui como sistema social e a estrutura de classe se desenvolve dentro dele, também a cidadania moderna passa de um sistema de direitos que nascem das relações de mercado e as apoiam para um sistema de direitos que existem num relacionamento antagónico com os sistemas de mercado e de classe. (Barbalet, 1989:17).

Marshall apresenta assim, um novo conceito de cidadania, assente numa relação entre cidadania e sociedade e, entre cidadania e classe social.

A evolução da cidadania prendeu-se assim à questão das desigualdades sociais.

Marshall identifica ainda três elementos que constituem a cidadania: os direitos civis, políticos e sociais: “Em primeiro lugar, a cidadania é um status adstrito à condição de pleno membro de uma comunidade, e, em segundo lugar que quem possuir este status goza de igualdade no que respeita aos direitos e deveres que lhes estão associados”. (Barbalet, 1989:18)

No entanto, o sindicalismo e a negociação coletiva, tornaram-se num meio para aumentar o status económico e social dos trabalhadores organizados. O desenvolvimento desta “cidadania social” deu origem a novas desigualdades. Para o autor, o crescimento da cidadania é tanto estimulado pela luta de direitos, como pelo seu gozo depois de obtidos.

Mais tarde, o desenvolvimento do conceito de cidadania na era moderna ou democrática, assemelha-se ao desenvolvimento do capitalismo ocidental. O desenvolvimento capitalista, contribuiu para uma estrutura social, capaz de emergir numa cidadania democrática.

Entretanto, no seio da estrutura social capitalista surgiu o movimento da classe trabalhadora que marcou também a cidadania moderna, principalmente quando em causa, estava a luta por melhores condições de trabalho e de vida.

Atualmente, a cidadania estende-se a toda a sociedade e podemos tirar a conclusão de que, o seu desenvolvimento fez-se através da luta de classes, das exigências das classes mais baixas e, das necessidades das classes dominantes.

Para Manuel Villaverde Cabral (1998:127), a cidadania depende da “distribuição dos recursos materiais e cognitivos da sociedade, concretamente, das percepções que as diferentes camadas sociais têm, segundo os seus horizontes morais, da equidade do sistema de oportunidades e recompensas socioeconómica.” Ou seja, a equidade social condiciona o exercício da cidadania e, por consequência, a participação cívica.

A luta pela cidadania pode-se associar a uma luta contra as desigualdades mas, no entanto, essas desigualdades ainda não foram eliminadas. Apenas se criaram esferas de participação igualitária, entre cidadãos.⁶

Atualmente, com a globalização, que faz com que o Estado Nação, seja pequeno demais para resolver problemas e com o localismo, que começa a tornar-se pequeno para resolver os mesmos problemas, é necessário adequar e reformular a cidadania. Essa adequação e reformulação têm obrigatoriamente de passar pela participação.

Estas esferas de participação, provêm por sua vez, da consciência dos direitos e obrigações de cidadania, fazendo das pessoas, elos importantes, capazes de intervir e zelar pelos seus direitos, adquiridos enquanto cidadãos de uma sociedade ou do mundo.

Daniele Archibugi defende que deveria existir uma “Global Commonwealth of Citizens”, ou seja, uma política mundial, onde a participação de cidadãos não estaria restringida às fronteiras, e onde a democracia se espalhasse através do diálogo e não pelas guerras. Para o autor, é importante, credibilizar novos atores mundiais, como movimentos sociais,

⁶ “A cidadania e não a propriedade é que viria a ser a base da representação política. O alargamento do direito de voto era encarado como o enquadramento necessário para as alianças políticas que transcenderiam a classe, e portanto como a única alternativa viável à luta de classes”. (Simon Clarke) (Barbalet, 1989:134).

comunidades culturais e minorias. Archibugi propõe assim, a construção de canais institucionais, para além das fronteiras, para resolver problemas comuns.⁷

É necessária, nos nossos dias, uma renovação da cidadania, que exija participação dos cidadãos mas, para isso acontecer, para se criar esse sentido de responsabilidade, perante a sociedade, será necessária uma educação adequada, ou uma “Educação para a Cidadania⁸”. A Educação para a Cidadania, implica desenvolver conteúdos de aprendizagem, que estimulem a auto-estima, o respeito pelo próximo, a solidariedade, valores essenciais de vidas em grupo, competências que conduzam a condutas democráticas, responsabilidade cívica, respeito pelas diferenças...

A cidadania é a responsabilidade perante nós e perante os outros, consciência de deveres e de direitos, impulso para a solidariedade e para a participação, é sentido de comunidade e partilha, é insatisfação perante o que é injusto ou está mal, é vontade de aperfeiçoar, de servir, de realizar, é espírito de inovação, de audácia, de risco, é pensamento que age a acção que se pensa.

Jorge Sampaio (Araújo, 2008:21)

Os cidadãos devem aprender a serem críticos e participativos, defendendo os seus valores morais e cívicos, que passam pela valorização da diferença e pelo respeito pelo próximo. Devem assumir responsabilidades pelos seus problemas e, também pelos problemas que afetam os outros.

Por fim, é relevante a este estudo, a ideia do autor Will Kymlicka, de uma “cidadania multicultural” (Araújo, 2008:86), onde se deve reconhecer a importância da cultura para a identidade da pessoa, assim como, a identificação com o local e com o espaço. Uma “cidadania multicultural” capaz de combater a exclusão das minorias culturais, das injustiças e dos conflitos etnoculturais. Para o autor, os indivíduos fazem opções, tendo em conta a sua cultura societal e, da compreensão da história e linguagem, dessa cultura.

“E libertaremos o ser humano no seu desenvolvimento se ensinarmos os jovens a acolher, a compreender e a servir o outro, fora de toda e qualquer discriminação.” (Reimão, 2000:142).

⁷ Disponível em: <http://press.princeton.edu/titles/8737.html>

⁸ Retirado de: Reimão, Cassiano (2000), “*Síntese Final*”, em CNE, *Educação Intercultural e Cidadania*, Seminário de Educação Intercultural e Cidadania, Lisboa, CNE, pág.138.

CAPÍTULO III – Cooperação

Aprofundar o conceito de Cooperação é igualmente relevante a este estudo. De modo a se perceber o enquadramento deste conceito no percurso histórico do Desenvolvimento, importa ter em conta diferentes momentos históricos que complementam o capítulo I.

Por outro lado, é também importante destacar neste ponto, os diferentes atores da Cooperação para o Desenvolvimento, pois é deste ponto que surge o conceito de Cooperação Descentralizada, no âmbito do poder do estado descentralizado, das empresas e das organizações não governamentais.

Por fim, neste capítulo destaca-se ainda a importância do associativismo e do voluntariado, na Sociedade Civil, nas ONG's e nos projetos de desenvolvimento.

3.1. Noções gerais sobre a Cooperação e Ajuda ao Desenvolvimento

Após a II Guerra Mundial, a Ajuda ao Desenvolvimento emergiu, sobretudo devido à questão da descolonização e do subdesenvolvimento. Deu-se assim início à Cooperação para o Desenvolvimento entre os Estados.

Um dos primeiros projetos específicos de Cooperação ao Desenvolvimento foi o Plano Marshall. Inclinado principalmente para a Europa (na luta contra a expansão do comunismo e na reconstrução europeia através da ajuda americana), a concretização do Plano deu origem em 1948 à criação da Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) a qual viria, em 1961, dar origem à Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). No entanto, as atenções começaram a virar-se para o sul, quando começaram a surgir as independências.

Entretanto, havia sido criada em 1945, a ONU, como uma organização para a manutenção da paz que, começou a assumir responsabilidades em diversos domínios na ajuda aos países subdesenvolvidos. De realçar a resolução nº200, de 4 de Dezembro de 1948 que apela à “mobilização de equipas internacionais de peritos para aconselhar e ajudar os governos em matéria de desenvolvimento económico” (Afonso, 2005:104).

Esta Ajuda, era vista tanto do lado capitalista, como socialista, como uma contribuição para a modernização (teoria dominante durante os anos 50, 60 e início dos 70), o que significa que, os cooperantes eram vistos como agentes da modernização e portanto, portadores e divulgadores de soluções de “Kits” de modernização que, fariam a transição entre os dois modelos – da sociedade tradicional, para a sociedade moderna ou industrial. “Tratava-se de

uma injeção transitória de recursos, provenientes do exterior, acelerando o processo de crescimento (Stokke, 1996).” (Afonso, 2005:26).

Esta ignorância das sociedades para onde iam trabalhar, acompanhada por uma ideia de desprezo pelas realidades locais, levou ao desperdício de saberes e recursos e à negligência das capacidades humanas, optando-se por projetos de alta envergadura, sobretudo infra-estruturas produtivas e industriais.

Esta crítica que veio do terreno, não teve trabalho académico. A proclamação de “Ajuda ao Desenvolvimento” pela ONU, nomeadamente no âmbito da “Década do Desenvolvimento” – anos 60, que fez surgir o conceito de “Cooperação para o Desenvolvimento”, feita de forma bilateral (estado com estado) ou multilateral (organismos internacionais, nomeadamente departamentos da ONU, em que os estados eram financiadores) ou ainda, através de ONG (entidades baseadas na cooperação civil), sofreu assim alterações, a partir dos anos 70, através dois aspetos: a população e o ambiente. As necessidades básicas começam a ser relevantes e a luta contra a pobreza, um elemento fundamental na Cooperação para o Desenvolvimento.

Nos anos 80, a APD começou a ser trabalhada como um programa de ajustamento estrutural, como forma de apoio aos orçamentos, condicionados pelas reformas políticas e dentro dos parâmetros do “Consenso de Washington”. “A Ajuda deixa de ser o “motor” e passa a ser vista como apenas um elemento que pode contribuir para o desenvolvimento.” (Afonso, 2005:30).

As equipas multidisciplinares da ONU e das ONGD começaram a trabalhar de forma mais eficaz e diferente e a colocar em prática um método alternativo que consistia em três ideias: auscultação das populações, para saber quais as necessidades prioritárias, mobilização dos seus próprios saberes e recursos e organização de respostas integradas (capacity building). Deu-se origem ao conceito de Desenvolvimento Comunitário.

“A tarefa básica dos agentes externos é “animar”, isto é, soprar o sopro da vida na alma da comunidade e impeli-la a tomar acções apropriadas. Espera-se deles que produzam a “centelha” da mudança endógena a partir “de dentro” e não que executem o programa de mudança: este é da responsabilidade da comunidade organizada”. (Friedmann, 1996:155).

No Desenvolvimento Comunitário, parte-se da ideia que é necessário trabalhar nas comunidades, em função, e para as comunidades. A OMS é um exemplo da aplicação dos métodos do Desenvolvimento Comunitário, através das suas equipas de saúde.

Também em Portugal, o Desenvolvimento Comunitário teve uma história interessante. Introduzido pelas economistas Manuela Silva e Alfredo Sousa, este método influenciou as políticas sociais, no nosso país.

Nos anos 90, com o fim da Guerra Fria, o conceito de Cooperação para o Desenvolvimento e APD sofreram algumas modificações, nomeadamente porque, com o fim da URSS, os países da Europa de Leste passaram de doadores a beneficiários, modificando-se também, a direção das ajudas. O fim da Guerra Fria aumentou ainda a violência étnica e religiosa e trouxe novas preocupações, em termos de segurança internacional. O aumento desta instabilidade e das catástrofes humanas fez crescer a Ajuda Humanitária e surgiram igualmente novas áreas para a Cooperação: a diplomacia preventiva, a reabilitação pós-conflito e as operações de paz. Surgiram nesta altura os programas de ajuda aos refugiados e o combate à pobreza tornou-se o mote da APD.

3.2. Os atores da Cooperação para o Desenvolvimento

São vários os intervenientes da cooperação internacional e vários os atores que se dedicam à cooperação para o desenvolvimento, como os Estados doadores e recetores, as entidades descentralizadas dos Estados, as OI, as ONG, as Organizações Comunitárias de Base, as Associações de Desenvolvimento Local, etc.

a) Os Estados Doadores.

Os Estados são os principais financiadores da APD. Podem fazê-lo de forma bilateral, quando a ajuda vai diretamente ao país beneficiário ou, de forma multilateral, quando as organizações servem de intermediários e canalizam a ajuda aos beneficiários.

b) Os Estados recetores

No âmbito dos ODM, os países em vias de desenvolvimento têm as seguintes obrigações, quando em causa está a receção da ajuda ao desenvolvimento:

Aplicar as medidas macroeconómicas aprovadas; comprometer-se com os objetivos do desenvolvimento social; participação de todos e igualdade de género; assegurar a aplicação da lei e a responsabilização dos governantes; fortalecer a capacitação humana e institucional; criar um clima favorável às empresas e à mobilização do investimento e da poupança local; promover uma gestão financeira segura, incluindo sistemas eficazes de cobrança de impostos e garantir que haja controle da despesa pública; manter relações de cooperação estáveis com os seus vizinhos. (Afonso, 2005:38).

c) Entidades descentralizadas dos Estados e Empresas

Os Estados, doadores e recetores têm entidades descentralizadas para que, no âmbito das suas competências e tendo em conta o poder mais próximo do cidadão, prossigam as diversas formas de ajuda. Estas entidades descentralizadas são as Autarquias Locais. Existem muitas parcerias entre municípios dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento, mediante relações de mutualidade, ou seja, mediante ajuda recíproca.

Por outro lado, já são muitas as empresas que fomentam iniciativas de ajuda ao desenvolvimento. Sendo empresas locais de serviços públicos ou, empresas privadas, estimulando a sua responsabilidade social ou apenas, o contacto direto com outras entidades públicas ou privadas, começam a desempenhar papéis importantes do desenvolvimento local das comunidades.

d) As Organizações Internacionais

Estas organizações são o corpo da cooperação multilateral. Constituídas por governos de vários países, servem de intermediários na canalização de recursos e apoio aos locais em desenvolvimento. Tendo em consideração que são várias as áreas de intervenção, são várias então, as organizações intervenientes em cada vocação. Podem ser ainda de carácter global, como a ONU, o FMI ou a OCDE ou regional, como a União Europeia, a Mercosul ou, a ASEAN.

A OCDE tem um organismo para gerir as questões da Cooperação para o Desenvolvimento: o CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento. Criado em 1961, reúne sob a forma de fórum internacional e nele participam os principais doadores e tem o BM, o FMI e o PNUD como observadores. A sua informação, documentação e assessoria define as diretrizes de Ajuda aos países. (Afonso, 2005:43).

A União Europeia tem políticas relevantes nas questões da Cooperação para o Desenvolvimento, tendo como principal objetivo, a redução da pobreza.

A política de desenvolvimento a União Europeia (UE) defende um desenvolvimento social e humano sustentável, igualitário e participativo e a integração gradual dos PED na economia mundial. A promoção dos Direitos Humanos, da boa governação, da democracia e do Estado de direito, são parte integrante deste conceito de desenvolvimento.

O primeiro objectivo da política de desenvolvimento da UE é contribuir para reduzir, ou eventualmente, erradicar a pobreza. Todos os indivíduos têm direito a aceder à educação, à saúde, alimentos e água potável, terra, emprego, ao crédito e à informação. As estratégias de combate à pobreza devem abarcar todas estas dimensões e servir para consolidar o processo democrático, a paz, a prevenção de conflitos, o desenvolvimento de políticas sociais, o respeito pela equidade de género, a introdução ou melhoramento do enquadramento legal e institucional do país, entre outras. Entende-se que a apropriação das políticas por parte dos países parceiros é condição sine qua none para o sucesso dos programas ou projectos de Ajuda e de cooperação. (Afonso, 2005:44).

e) As ONGD – Organizações da Sociedade Civil

Entende-se como ONG:

Entidades de direito privado, não políticas, legalmente constituídas e sem fins lucrativos, que tenham, entre os seus fins, segundo os seus estatutos, a realização de actividades relacionadas com princípios e

objectivos de desenvolvimento e a melhoria das condições de vida das populações menos favorecidas.
(Moniz, 2009:36)

Pouco hierarquizadas, com uma estrutura organizativa flexível e com uma forte componente de voluntariado, são organizações identificadas do chamado “terceiro setor”, por não se enquadrarem no setor público nem no privado. Têm uma grande diversidade de ações, na promoção da cooperação para o desenvolvimento e promovem a cooperação entre as sociedades civis de vários países, atuando diretamente ou, em conjunto com outros atores.

As ONGD introduziram na Cooperação para o Desenvolvimento, práticas alternativas e são o espelho da heterogeneidade, quando em causa está “Ajudar”, pois refletem opções políticas, éticas, culturais ou religiosas.

...as propostas das ONG enquadram-se noutra concepção do desenvolvimento: desenvolvimento alternativo, desenvolvimento centrado nas pessoas, contra-desenvolvimento, desenvolvimento participado, ecodesenvolvimento. Outras designações que se associam automaticamente com a visão e actuação destas, incluem o bottom-up development, putting people first, putting the last first, etc...
(Alves, 1996:52).

As ONGD têm um papel fundamental no desenvolvimento local. São a forma mais próxima de organização dos interesses comuns, das populações que representam e têm mais facilidade em mobilizar capacidades, pois proporcionam mais confiança, porque as suas missões identificam-se com os problemas locais dos territórios onde atuam.

O aumento do papel das ONGD's como facilitadoras dos processos participativos, aumentou os seus papéis no diagnóstico, execução e avaliação de projetos de desenvolvimento, que afetam as populações alvo do seu trabalho. O conceito de participação foi totalmente abraçado por ONGD's, no sentido de desenvolvimento, como um instrumento de mudança social. As pessoas encontram forma de agir e ideias para a melhoria das suas vidas e muitas vezes, são as ONG's que têm o papel de facilitador, junto de entidades superiores e/ou internacionais, onde o poder de decisão é o tradicional e ainda está enraizado.

As ONGD's refletem assim as opiniões da sociedade civil e têm mais capacidade de intervir junto de instâncias políticas e organizacionais, conseguindo levar mais além, vozes pequenas e opiniões de quem quer mudar problemas do seu dia-a-dia.

Estas Organizações conseguem sucesso internacional porque têm apenas três princípios básicos: capacidade de comunicação, capacidade de auto-organização e capacidade de mobilização de recursos externos.⁹

As ONGD abrangem diversas áreas de actuação, nomeadamente: desenvolvimento sustentável; desenvolvimento comunitário; capacitação; microcrédito; desenvolvimento rural; segurança alimentar; saúde; educação para o desenvolvimento; educação formal; formação técnica; saneamento básico e melhoria ou reabilitação de habitat; cooperação descentralizada; género; direitos humanos; ambiente e desenvolvimento; participação e cidadania; lobby e advocacy em torno das políticas de Cooperação para o Desenvolvimento e das causas da Educação para o Desenvolvimento; responsabilidade social das empresas; estudos e investigação, entre outras. Estas áreas de acção podem ser divididas em três grupos principais: Educação para o Desenvolvimento; Cooperação para o Desenvolvimento; Ajuda humanitária e de emergência. (Afonso, 2005:48).

Em Portugal, as Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento têm um estatuto definido pela Lei nº66/98 de 14 de Outubro¹⁰, o qual define, no seu artº 6º, os seus objetivos:

São Objectivos das ONDG a concepção, a execução e o apoio a programas e projectos de cariz social, cultural, ambiental, cívico e económico, designadamente através de acções nos países em vias de desenvolvimento:

- a) De cooperação para o desenvolvimento;
- b) De assistência humanitária;
- c) De ajuda de emergência;
- d) De protecção e promoção dos direitos humanos.

São ainda objectivos das ONGD a sensibilização da opinião pública para a necessidade de um relacionamento cada vez mais empenhado com os países em vias de desenvolvimento, bem como a divulgação das suas realidades.

O presente estatuto ainda defende que as ONDG devem promover, como dimensão fundamental da sua atividade, a educação em prol de um desenvolvimento integral das sociedades e reforço da paz (nº3, artº 6º).

De relevante a este estudo, destacam-se ainda nos estatutos, duas áreas de intervenção, das nove anunciadas: “ensino, educação e cultura” e “educação para o desenvolvimento, designadamente através da divulgação das realidades dos países em vias de desenvolvimento junto da opinião pública”. (artº 9).

⁹ Schieffer, Ulrich, aula de Metodologias de Planeamento e Avaliação de Projetos de Desenvolvimento, do Mestrado de Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais, lecionada a 12-11-2009.

¹⁰ Disponível em: www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/legislacao/Lei_66-1998-ongd.pdf

Valores das ONG's:

O Comité de Liaison ONGD-EU, mais tarde substituído pelo Concord¹¹ criou a “Carta Europeia das ONG” que:

Refere os seguintes valores como sendo aqueles que as ONGD defendem:

1. Justiça social, equidade e respeito pelos Direitos Humanos;
2. Participação das populações para as quais trabalham;
3. O envolvimento da sociedade civil na cooperação para o desenvolvimento;
4. Serviço aos parceiros do Sul – as ONG não procuram servir os seus próprios interesses, mas sim os dos seus parceiros;

Em 2007, na “*Toronto Declaration of NGO Core Values*”, estes valores são enunciados de forma diferente, embora com as mesmas linhas mestras, num conjunto de 12 valores que especificam essa definição e salientam a integridade das ONG:

- I. Service beyond self
- II. Respect for human rights
- III. Maintain a vision
- IV. Responsibility
- V. Cooperation beyond borders
- VI. Public mindedness
- VII. Accountability
- VIII. Truthfulness
- IX. Transparency
- X. Nonprofit Integrity
- XI. Comprehensive viewpoint
- XII. Voluntarism

Ainda segundo os autores, em Portugal, as ONGD aquando a elaboração do estatuto da Plataforma Portuguesa das ONGD, em 1985, definiram-se como “organizações empenhadas na afirmação da solidariedade entre os povos e na criação de um mundo mais justo e equitativo” definindo-se ainda vários objetivos, mais centrados para a “ação cívica, política em sentido lato”, sem referirem o termo “valores” e centrando-se na Declaração Universal dos Direitos do Homem. (Sangreman, 2009:222-224).

¹¹ Concord: Confederação Europeia de Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento.

3.3. Cooperação Descentralizada

A Cooperação Descentralizada define-se como uma cooperação entre entidades internacionais, agências dos estados, autarquias (nos países do norte) e poderes locais e regionais (nos países do sul). Normalmente a CD é promovida pelas instituições internacionais e contribui para reforçar o papel da sociedade civil, reconhecendo-a como atora no desenvolvimento e na cooperação.

Num sentido restrito, a CD consiste na cooperação realizada por administrações estatais, mas não do poder central (ex.: câmaras municipais, regiões autónomas). Numa perspectiva mais abrangente, caracteriza-se pela descentralização de iniciativas nas relações de cooperação com o Sul, promovendo a participação dos actores da sociedade civil dos PED no seu próprio desenvolvimento. Reconhece-se assim, um maior protagonismo e responsabilidade dos actores da sociedade civil destes países na Cooperação para o Desenvolvimento. Entre estes encontram-se sindicatos, associações produtores, organizações das comunidades locais. (Afonso, 2005:38).

Nem sempre o Estado executa políticas adequadas às necessidades locais das populações, notando-se um significativo êxito e por consequência um acréscimo das instituições e organizações locais e do poder local, nestas políticas de desenvolvimento assim como, um reforço da participação ativa da população, no desenvolvimento local. As estratégias de desenvolvimento começaram a ser delineadas “de baixo para cima” e não “de cima para baixo”, dando importância ao “princípio da subsidiariedade”¹².

O poder local é o nível de administração pública mais próximo do cidadão e, por lógica, o mais integrado nos problemas das suas populações. Para além do poder local, o desenvolvimento pode também ser fomentado por associações, grupos locais da área privada que defendem os interesses locais ou também, através de ações de solidariedade, que com algum conhecimento técnico e método organizativo, conseguem criar algo, para melhorar o bem estar das suas populações.

Enquanto função da Sociedade Civil, a Cooperação Descentralizada é uma expressão da cultura organizacional dominante neste sector onde os conceitos de empowerment, participação, democratização, sustentabilidade, solidariedade e segurança social, pobreza, grupos vulneráveis, género, necessidades básicas, bem estar social, segurança alimentar, exclusão social, integração e reinserção social, têm a sua génese, expressão e aceitação ao ponto de se tornarem constitutivo dessa mesma cultura. (Schiefer, 1998:17).

Tendo em consideração o documento da União Europeia – Regulamento (CE) nº1659 do Conselho, de 17 de Julho de 1998, entende-se por Cooperação Descentralizada, “uma nova

¹² O princípio de subsidiariedade, defendido pela Europa, defende que a tomada de decisões seja feita o mais próximo possível do cidadão.

abordagem à cooperação para o desenvolvimento, que coloca os agentes no ponto fulcral de implementação”.

No entanto, vários autores identificam a CD não como uma abordagem, mas sim, um novo instrumento para a Cooperação ao Desenvolvimento.

O termo “Cooperação Descentralizada” foi introduzido na IV Convenção de Lomé¹³, em 1989 e enquadra-se na dinamização da participação de “atores não estatais” ou “atores descentralizados”, na política de desenvolvimento da União Europeia. Sendo assim, a União Europeia regulamentava a cooperação descentralizada, através do Regulamento Base (CE) nº1659/98 que foi alterado pelo Regulamento nº625/2004, no qual se aumentava a capacidade de diálogo das sociedades civis, a fim de poderem participar em processos democráticos, nomeadamente em países em vias de desenvolvimento. O mesmo regulamento acrescentava outros tipos de organizações à lista de parceiros que, de entre muitos, destacam igualmente “Organizações de Mulheres ou de Jovens”.¹⁴

O organismo europeu definia os domínios prioritários nas ações a desenvolver, com base principalmente, no desenvolvimento sustentável e na luta contra a pobreza, financiando projetos e iniciativas que visavam promover “um desenvolvimento participativo, que corresponda às necessidades e às iniciativas das populações dos países em desenvolvimento” e “um contributo para a diversificação e o reforço da sociedade civil e para a democratização nesses países.”¹⁵

Com o Acordo de Cotonu¹⁶ e com uma revisão em 2005, para incluir uma nova referência aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), estes regulamentos foram revogados pelo Regulamento (CE) n.º1905/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro de 2006, que instituiu um instrumento de financiamento da Cooperação para o Desenvolvimento, substituindo as várias temáticas que se foram criando ao longo dos anos, em função das necessidades, com o objetivo de melhorar a ajuda ao desenvolvimento. Salienta que, as políticas de Cooperação para o Desenvolvimento, entre elas a CD se devem

¹³ A Convenção de Lomé é um acordo regional de cooperação para o desenvolvimento que orienta a relação da UE com a totalidade dos países africanos sub-saharianos, à exceção da África do Sul. A primeira foi assinada em 1975, entre os países ACP e surgiu no contexto da necessidade / reivindicação pelos países pobres de uma “Nova Ordem Económica Internacional”

¹⁴ Regulamento 1659/98 CE

¹⁵ Regulamento 1659/98 CE

¹⁶ Acordo de Cotonu: disponível em:

http://europa.eu/legislation_summaries/development/african_caribbean_pacific_states/r12101_pt.htm

basear igualmente nos ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio¹⁷. Atualmente, o conceito de CD está em muitos documentos substituído pela expressão “Atores Não Estatais e Autoridades Locais”.

A CD é assim, um novo instrumento que engloba os atores locais, na Cooperação para o Desenvolvimento, sendo eles: autarquias locais, organizações não governamentais, associações, sindicatos entre muitos outros, com capacidade de afirmação e responsabilidade, perante os problemas relacionados com as sociedades atuais. O reconhecimento de outros atores que não os estatais, favorece a descentralização de poderes e iniciativas por parte do Estado (poder central), fomenta o protagonismo e responsabilidade da sociedade civil, facilitando a participação, na tentativa de resolução dos problemas futuros da humanidade: a sustentabilidade e a pobreza.

Atualmente, as Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento estão presentes numa grande maioria das atividades de cooperação descentralizada, entre os países do norte e do sul.

Em Portugal, a CD é apoiada pelo Estado através do IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, organismo do Ministério dos Negócios Estrangeiros Português.

A CD, enquanto elemento que já faz parte da cooperação portuguesa, está refletida nos documentos da orientação estratégica denominados:

- “*A Cooperação Portuguesa no limiar do Sec. XXI*”¹⁸, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº43/99 de 29 de Abril.

- “*Uma visão estratégica para a cooperação portuguesa*”¹⁹, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº196/2005, de 24 de Novembro. Este último documento, contextualiza a CD, como resposta às novas emergências das sociedades, de forma a garantir a descentralização e a democracia. Segundo este documento de orientação estratégica da cooperação portuguesa,

A cooperação descentralizada implica:

- A participação activa dos diversos agentes em todas as fases do processo, considerando-os responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento;

¹⁷ Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: Adoptados em 2000, durante a Declaração do Milénio, pelos 191 Estados Membros das Nações Unidas, trata-se de um compromisso de no prazo de 25 anos, atingirem-se metas para melhorar o destino da humanidade. Concretas e mensuráveis, tratam-se de 8 metas, 18 objetivos e 48 indicadores.

¹⁸ <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/legislacao/res196-2005%20-%20visaoestrategica.pdf>

¹⁹ <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/legislacao/res196-2005%20-%20visaoestrategica.pdf>

- A concertação e complementaridade entre os diversos actores, potenciando abordagens e projectos integrados através do desenvolvimento de parcerias público-privadas;
- Uma gestão de recursos descentralizada, que exigirá a adaptação das habituais estruturas e modelos de cooperação;
- Uma abordagem que tem em consideração o processo de desenvolvimento, promovendo a apropriação local e encarando tal processo como um objectivo em si mesmo e como meio importante para a avaliação de resultados;
- A prioridade à capacitação institucional para o desenvolvimento nas acções de cooperação a implementar, no sentido de incentivar a autonomia e a sustentabilidade das dinâmicas locais.²⁰

3.4. Algumas formas de Cooperação Descentralizada

Segundo a autora Maria Manuela Afonso, a CD que tem por objetivo principal, o estreitamento de relações internacionais entre municípios, é designada por **Cooperação Intermunicipal**. Esta forma de CD baseia-se no estabelecimento de parcerias mútuas entre municípios dos países desenvolvidos e municípios dos países em desenvolvimento, ou seja, entre Norte e Sul.

Existem várias formas de intervenção, no âmbito da Cooperação Intermunicipal:

- Os **Protocolos**, quando se tratam de projetos específicos ou, assessorias técnicas;
- As **Geminações**, acordos de médio ou longo prazo, baseados na troca de experiências, conhecimentos e na intenção de realizar atividades conjuntas. Os municípios institucionalizam as suas relações, com outros municípios ou, autoridades de administração local idênticas (consoante as designações territoriais), principalmente através das Geminações. Estas podem servir como base, a plataformas de intercâmbios entre associações ou entre escolas, de modo a fomentar e possibilitar por exemplo, o envio de jovens voluntários, de forma a integrá-los no apoio ao desenvolvimento, tornando-se deste modo, um motor capaz de reforçar a educação para o desenvolvimento, aumentando a consciência juvenil e, fomentando o respeito pelas outras sociedades e culturas.

O Conselho dos Municípios e Regiões da Europa é outro bom exemplo, quando se trata de Geminações, enquanto um movimento estruturado. Através do CMRE, as geminações podem beneficiar de financiamentos adequados às suas atividades, através do “Programa para os cidadãos”, atualmente a decorrer o período 2007 – 2013²¹.

As populações têm por norma tendencial, unirem-se quando se deparam com um problema comum. A defesa de interesses próprios, a tentativa de alcançar objetivos comuns, a partilha

²⁰ Resolução do Conselho de Ministros 196/2005: Uma visão estratégia para a Cooperação Portuguesa.

²¹ www.ccre.org

de ideias e incentivos, são questões que têm vindo a ser aproveitadas pelos Estados e pelas Organizações Internacionais. Este conhecimento útil, que provém das mais diversas sociedades, situadas nos mais diversos ambientes e com os mais diversos problemas, têm vindo a reforçar a criação de “Redes”. Nos acordos ACP (Ásia, Caraíbas e Pacífico) – União Europeia, a figura “Redes”, é um elemento importante deste quadro de cooperação entre os diversos intervenientes – a Sociedade em Rede, ou seja, a Sociedade Civil Organizada²².

A União Europeia utiliza estes atores não estatais, para implementar as suas políticas de aprofundamento em processos de integração. Aproveitando as identidades regionais ligadas à ideia de território, encoraja atividades conjuntas para solucionar problemas comuns e apoia o desenvolvimento de posições políticas transnacionais, enfraquecendo mesmo, o efeito de fronteira entre os Estados Membros.

O Comité das Regiões²³ é um bom exemplo, da política da União Europeia, no que diz respeito ao apoio de Redes - a sociedade civil forma redes de Cooperação Transfronteiriça e assume papéis internacionais formais, cada vez mais indispensáveis na governação global.

A denominada sociedade civil pode ser entendida como a associação relativamente organizada de grupos da sociedade segundo objectivos e programas específicos, representativos dos seus interesses”. (Schiefer, 1998:26).

Estes grupos de sociedade organizada são identificados na Convenção de Lomé, como “atores descentralizados”

O autor Alcides Monteiro, define a sociedade civil

Como correspondendo a um espaço social entre os indivíduos e o Estado, composto por associações organizadas na base do consentimento voluntário entre cidadãos e fora do controlo directo pelo Estado, e ainda pelas relações entabuladas entre indivíduos numa esfera pública, fundadas em princípios de civilidade e de cooperação. (Monteiro, 2004:151).

No entanto, o relacionamento entre a sociedade civil, sistema político e desenvolvimento económico é um processo complexo e são as discussões nos diversos campos, que fomentam o progresso.

A descentralização da governação é defendida por muitos autores, como o modelo necessário, para uma participação dinâmica da sociedade civil que, por sua vez, é defendida como o modelo ideal, para combater as forças negativas da globalização.

²² www.acp-eucourier.info/La-societe-civile-AC.1021.0.html?&L=3

²³ www.cor.europa.eu/pages/HomeTemplate.aspx

3.5. O Associativismo e o Voluntariado na Sociedade Civil

Na publicação do sueco Dag Hammarskjöld: *What Now? Another Development – The 1975 Dag Hammarskjöld Report on Development and International Cooperation*, a defesa de uma abordagem “bottom-up” é o ideal para o desenvolvimento, com a participação de pessoas comuns. Para isso defende a ideia de promover as instituições locais, de forma a reforçar a participação de pessoas em identificação, análise, elaboração e execução de projetos que reflitam as aspirações, na tentativa de colmatar necessidades.

A sociedade civil surge como uma pressão organizada e um veículo para a participação das pessoas. As organizações de cidadãos voluntários, reforçam as suas capacidades e desempenham cada vez mais um papel mais direto, na promoção e fortalecimento da descentralização dos poderes e na democracia participativa.²⁴

Muitas vezes, articular e educar a sociedade nestas linhas é o mais difícil, pois esta dinâmica sobrevive de voluntariado e da demonstração de interesses por parte das pessoas em participar. Robert Putnam desencadeou junto da sociedade norte americana, um forte debate sobre o possível declínio do “capital social” dos americanos, com diversas consequências nos comportamentos cívicos, defendendo que “existe uma forte evidência (...) de que a vibração da sociedade civil americana declinou notavelmente nas últimas décadas” (Monteiro, 2004:147). Ou seja, há que construir esta sociedade civil, através do reforço e da união das capacidades humanas e das suas potencialidades e ainda, do reforço das organizações civis (resultantes do esforço e vontade da associação voluntária dos cidadãos).

Para Victor Pérez Diaz, “encontramos no fundo das várias teorias sobre a sociedade civil que vão de John Locke e Adam Ferguson, uma combinação de ideias, instituições, e grupos sociais, que se reforçam umas às outras: um governo limitado, uma tradição de contenção dos poderes do rei, e um núcleo amplo de indivíduos e grupos capazes de combinar a sua implicação no mercado, com a sua participação na esfera pública. Adam Smith, Edward Gibson, David Hume e Adam Ferguson foram conscientes da necessidade de reunir todos estes elementos, para que a sociedade civil (no sentido amplo do termo, antes mencionado) pudesse emergir e persistir, evitando a corrupção e a decadência” (Monteiro, 2004:150-151).

Pode-se então afirmar, que a base da sociedade civil (organizada) assenta num desenvolvimento humano, em que as pessoas são os agentes de transformação assim como o alvo de transformação, para a construção de uma consciência social que passa por lideranças

²⁴ Nas relações entre o Estado e a sociedade civil, existe um diálogo social, no qual instituições / organizações, têm um papel de mediador e intermediário entre indivíduo e Estado.

locais. O desenvolvimento humano assenta assim, pela educação do dia a dia, do crescimento intelectual do indivíduo e da sua capacidade em viver e participar na sociedade.

As associações têm vindo a ser um espaço privilegiado de participação e afirmação da sociedade civil, na construção do Estado democrático.

O **Associativismo** fomenta um conjunto de comportamentos cívicos aos seus participantes, nomeadamente respeito pelo próximo, tolerância, respeito pela lei, envolvimento ativo na esfera pública e o reforço dos sentimentos de autoconfiança e de eficácia pessoal. Deste modo, as associações têm capacidade de proporcionar a participação ativa da população em geral assim como, no âmbito deste estudo, privilegiam a participação ativa dos jovens.

O Associativismo Juvenil torna-se um espaço de aprendizagem, pois fomenta a participação dos Jovens. É um espaço onde existe a oportunidade de estabelecerem relações e conhecimentos, de forma a aumentarem a sua capacidade de avanço sócio-cultural e educativo, avançando igualmente o espírito crítico e a partilha de valores. É assim, um lugar de reflexão, de construção e de cidadania.

A pertença associativa não se afigura particularmente elevada: apenas um em cada quatro jovens admite ter pelo menos uma filiação associativa (26,7%). Esta taxa de adesão encontra-se contudo, muito pulverizada. A principal concentração surge no sector desportivo, afectando um pouco mais de um em cada dez jovens (...) As actividades que mais se aproximam não chegam a mobilizar 5% dos jovens, ou seja, menos de metade da adesão desportiva. Nesta posição figuram as associações de estudantes (4,9%), as culturais ou artísticas (4,8%) e as de natureza religiosa ou paroquial (4,2%). Um pouco mais distanciadas aparecem as associações de juventude (2,8%) e as de natureza política, designadamente partidária (2,3%). Com valores quase residuais (abaixo de 2%), surge por fim um leque vasto de associações cuja acção contempla diversos campos sociais (comunitário, profissional, ambiental, sindical ou de defesa de direitos).” (Ferreira, 2006:10).

Os tipos de associações mais frequentes na Europa e particularmente em Portugal são as organizações religiosas e as de cariz cultural, de desporto e de lazer. No entanto, outras de carácter sindicalista, associações profissionais e ecologistas, têm taxas de adesão elevadas na Europa, mas têm uma baixa expressão em Portugal.

As associações são assim um espaço de transmissão de vivências e valores, de responsabilidades, de solidariedade e fraternidade, exercendo uma participação democrática e uma cidadania ativa, fortalecendo o seu desenvolvimento pessoal e o seu desenvolvimento coletivo, em comunidade.

O **Voluntariado** é outro dos mecanismos que a cooperação descentralizada pode assentar, pois provém de uma identificação com ONG's, IPSS's ou outras instituições que funcionam na área da solidariedade social.

Por voluntariado pode-se entender a cedência, em regime pessoal e/ou socialmente percebido, decorrente de um acto de vontade própria e gratuito, de força de trabalho, definida em termos de disponibilidade de tempo e energia física e/ou intelectual, a favor de terceiros, podendo estar ou não enquadrado organizacionalmente. (Amaro, 2002:33)

Muitas das vezes, associado à disponibilidade dos seus praticantes, o voluntariado é em muitos casos, fruto dos tempos livres e da boa ocupação desses períodos disponíveis. Ora, esta é uma teoria a defender, pois o incentivo à sua prática poderá basear-se na ocupação desses tempos livres, fomentando-se desta forma a responsabilidade social e a cidadania ativa. O voluntariado é um assunto relacionado com a solidariedade. Segundo Ana Delicado, “a solidariedade é considerada em duas dimensões principais: a expressão de uma preocupação com o outro e de uma disponibilidade para fornecer ajuda” (Delicado, 2003:199).

“O voluntariado enobrece os homens...”

Thomas Jefferson

Muitas vezes, o voluntariado provém de ações religiosas, associando-se o seu poder ao da Igreja, perante a sua relação com o Estado, daí existindo ainda nos dias de hoje, um paralelismo entre voluntariado e Igreja.

Existe um número considerável de jovens voluntários, (principalmente em atividades religiosas), que ao demonstrarem a sua intenção ou desejo em ajudar os outros, sustentabilizam a maioria dos projetos de desenvolvimento.

“O papel dos voluntários tem-se tornado de tal forma importante e eficaz em termos de sustentabilidade dos vários projectos e acções que será interessante pensar em formas de incentivo que não apenas a fé religiosa para fomentar estas acções”. (Schiefer, 1998:55)

O voluntariado, que em Portugal, tem uma grande percentagem de jovens, pode também, à semelhança do associativismo, ser assumido como uma forma de participação e até integração nos problemas da sociedade, criando sensibilidade que mais tarde se pode repercutir no papel de cidadão.

A própria prática associativa depende diretamente do voluntariado, pois grande parte do serviço comunitário prestado em associações, coletividades, ONGD, não é remunerado nem tem qualquer contrapartida material.

CAPÍTULO IV – Juventude

Essencial a este estudo, é considerar a questão da Juventude, com especial atenção aos seus problemas atuais. Embora toda a investigação seja com base nos jovens e o seu enquadramento nos conceitos atrás mencionados, é importante atribuir-lhes um capítulo, onde se possa refletir sobre as suas qualidades e valências mas, por outro lado, os seus problemas, as restrições e as barreiras que encontram na sociedade.

Sendo um tema de extrema atualidade e de muita importância às conclusões que podem advir neste estudo, foi considerado também neste capítulo, aprofundar o papel dos valores nos jovens, assim como o processo de mudanças sociais que urgem nas sociedades atuais.

4.1. Definição de Juventude

Definir Juventude pode tornar-se um processo ambíguo. Embora neste trabalho, a Juventude tenha o mesmo tratamento teórico que os outros conceitos, não se pode afirmar que a Juventude é um conceito, porque efetivamente não é.

A Assembleia Geral da ONU definiu pela primeira vez, a Juventude, em 1985: Ano Internacional da Juventude. Para fins estatísticos, atribuiu o estatuto de jovens a pessoas entre os 15 e os 24 anos mas, mais tarde, aquando a aprovação do Programa Mundial de Ação para a Juventude, acrescentou que para além do período etário, o termo varia nas diferentes sociedades do mundo e que essas diferentes definições vão variando igualmente conforme as circunstâncias políticas, económicas e socioculturais.²⁵

A juventude é um processo de mudança, pelo qual todos passamos. No entanto, para uns é um processo rápido, para outros leva mais tempo, pelo que, seria imprudente associar a Juventude à idade. É por isso um processo sujeito às condições individuais, sociais, históricas, culturais, ..., de cada indivíduo.

Por norma atribuímos a juventude ao período que sucede à infância e que engloba a adolescência mas, um ser humano pode já não ser um “jovem adolescente” mas um jovem que já deixou a adolescência, dependendo do seu estado de decisão ou indecisão e dependendo também da presença de circunstâncias associadas à vida adulta: emprego, casamento, constituição de família.

É assim, um processo de construção de uma identidade.

²⁵ Retirado de: www.unric.org/html/portuguese/ecosoc/youth/Jovens-3.pdf, acedido a 25/09/2011.

4.2. Os Jovens atuais

Nos dias que decorrem é comum, os jovens depararem-se com muitos problemas e entraves, quando em causa estão questões como o emprego, independência financeira, o insucesso escolar, as relações familiares...

Deparam-se igualmente com o risco de adesão à criminalidade e marginalidade, à toxicodependência, e a muitos outros problemas ligados à adolescência.

É comum, os governos se preocuparem com esta problemática e muitas são já as políticas de juventude e medidas setoriais em áreas como a educação, a saúde, formação profissional, etc, de forma a colmatar estas lacunas da sociedade.

Cada vez mais, há a consciência de que os jovens devem prepara-se profissionalmente mas, também com uma formação suficiente que lhes permita autonomia, liberdade de pensamento e escolha, participação e capacidade de ação, despertando-lhes bons sentimentos de cidadania.

Os jovens identificam-se individualmente, através das suas redes de relações sociais, através de grupos que partilham as mesmas incertezas e experiências.

Para Tajfel, a identidade social de um indivíduo está ligada ao conhecimento da sua pertença a certos grupos sociais e à significação emocional e avaliativa que resulta dessa pertença. (Vala, 1986:19).

4.3. Valores e Mudança Social

Associados à identidade vêm os valores e a sua possibilidade de mudança.

As sociedades atuais caracterizam-se por um ritmo tenebroso de mudança. Mudanças sociais e culturais, afetam cada vez mais a forma como vivemos. Em mudança, novos problemas podem requerer novos valores e novos valores têm como consequência, o seu desconhecimento, levando ao bom senso comum, de cada indivíduo, em agir da melhor forma, perante a sua sociedade.

Para Perron, os valores de cada indivíduo são suportados através de vários componentes que, direta ou indiretamente, causam efeitos na identidade da pessoa e por consequência, nas suas ações.

Perron sugere que a apreensão cognitiva da pessoa se processa enquanto objecto investido de valor e enquanto suporte de valores. O autor agrupa então os valores da pessoa em quatro rubricas: o valor do eu (sentimento global que experimenta cada indivíduo de ser enquanto pessoa objecto de valor – avaliação positiva ou negativa de si, percepção de ser amado, odiado, desejado, temido); valores ligados a processos vividos (sentimentos, emoções, sensações); valores ligados a comportamentos (o que é bom ou mau fazer-se); valores ligados a características pessoais (atributos que conotam qualidades morais, possibilidades e modalidades de acção, por exemplo: a inteligência, a força, traços físicos, etc.).(Vala, 1986:20).

Para Jorge Vala, a juventude é caracterizada por um conjunto de mudanças psicossociológicas: mudanças biofisiológicas, psicológicas e mudanças na rede de relações sociais. As psicológicas passam do nível afetivo, ao nível de aquisição de novas competências. Por outro lado, se houver alterações a nível das relações familiares, essas alterações irão expressar-se igualmente ao nível das relações sociais.

Ronald Inglehart, na sua obra, “*A Revolução Silenciosa*” (1977), assenta a mudança social em duas dimensões: uma associada aos valores de sobrevivência, valores de auto-expressão e bem estar subjetivo, ou seja, valores materialistas, outra, assente na autoridade, dividida em orientações tradicionais, seculares e racionais, preocupações sociais e individuais, intelectuais e com base na qualidade de vida, ou seja, valores pós-materialistas. Estas duas dimensões, traduzem processos estruturais que fazem parte do movimento de modernização das sociedades. O primeiro processo, está associado à fase moderna, enquanto o segundo, é um aspeto fundamental da pós moderna. “A classificação das sociedades resulta da intersecção entre as dinâmicas sociais herdadas da modernidade e as que deram origem ao desenvolvimento da pós-modernidade.” (Ferreira, 2003:96). Segundo o autor, na Europa Ocidental, esta mudança, deve-se muito ao desenvolvimento económico e social, que decorreu após o fim da Segunda Guerra Mundial e ao ambiente de paz vivido a partir dessa data.

Os valores dependem do grau de exposição das sociedades aos processos económicos, assim como, à sua história e cultura.

Segundo a teoria de Inglehart, a mudança de valores provem do efeito entre a sucessão geracional e o desenvolvimento económico. O aumento de riqueza de uma sociedade, a partir de um determinado nível de desenvolvimento, faz com que, gerações mais jovens sejam educadas num contexto de afluência e que, questões como a segurança e as necessidades económicas sejam um dado adquirido e por isso, irrelevante. Sendo estas questões irrelevantes, emergem assim outros valores, como a auto-realização e a satisfação subjetiva. A possibilidade de terem crescido em sociedades com níveis de segurança superiores, aos que as gerações mais velhas beneficiaram, origina a que adiram aos valores pós-modernos, pois têm uma tolerância social e níveis de confiança interpessoal mais elevados. Defende-se mesmo a ideia de que, com estes valores, tendem a repudiar os comportamentos traduzidos em falta de civismo e desrespeito pelas obrigações de cidadania. Ou seja, segundo o autor, existe um aumento da confiança e da tolerância entre indivíduos, à medida que as sociedades se desenvolvem: sociedades em escassez material, falta de proteção social e de segurança (exemplo: guerras), valorizam mais o crescimento económico e a segurança física e material

(valores materialistas) enquanto, sociedades com abundância de bens materiais, em ambientes calmos, de paz, proteção social, proteção ambiental, participação dos cidadãos e realizações individuais, promovem valores pós-materialistas.

O facto de não se preocuparem com valores de segurança, altera o comportamento das relações entre uns e outros, ou seja, os valores deixam de se basear em desconfianças e rivalidades e passam a ser baseados em confiança, tolerância e cooperação, porque o receio diminui.

No entanto, o autor Jorge Vala identifica que, nestes aspetos pós materialistas (tendo em consideração um estudo sobre os sistemas de valores da Europa), os autores da pesquisa salientam que, no período de 1981 a 1990, verificou-se uma orientação para a individualização da vida social. “Uma das manifestações desta orientação dos padrões de valores será a contínua progressão do pós-materialismo (...) a regressão dos valores igualitários e o incremento do mérito e da competição como valores individuais e sociais” (Vala, 1993:242), ou seja, o indivíduo e a decisão individual, é tão defendida na pós modernidade que acabam-se por desvalorizar valores comunitários e sociais.

Jorge Vala, num estudo que desenvolveu em Portugal em 1993, constatou que os portugueses identificam-se mais com os valores materialistas, associados às necessidades económicas, do que aos valores pós-materialistas, associados à participação social e ao desenvolvimento pessoal. No entanto, nessa investigação, considera que já existe um grande número de pessoas que valorizam os dois tipos de valores.

Em questões morais (associadas ao certo e ao errado), tende-se a assistir a um consenso, pois normalmente, são valores básicos em que as pessoas estão de acordo, reforçando igualmente uma união. No entanto, os julgamentos morais, tendem a evoluir e questões delicadas como por exemplo, a homossexualidade, eutanásia, aborto, censuradas ao longo dos tempos, são nos dias de hoje, justificadas e aceites, pois dependem da liberdade individual da cada pessoa. Mas, existem alguns que não evoluíram, como aqueles que dizem respeito aos deveres dos cidadãos, perante o próximo ou a sua sociedade. Em matéria cívica, atos que desrespeitam, afetam ou mesmo lesam, a vida de outras pessoas, continuam a ser punidos, quando em causa estão julgamentos que envolvem as noções do certo e do errado, havendo por isso, consensos morais, independentemente das conceções das sociedades.

Atualmente, o reforço dos valores e a transformação social são fins que devem ser atingidos através de uma participação ativa dos jovens. Movimentos nacionais e internacionais começaram a desenvolver programas de incentivo à participação jovem de forma a garantir um futuro saudável, pelo menos nas questões sociais.

“A imaginação, os ideais e as energias dos jovens, são vitais para o desenvolvimento contínuo das sociedades onde vivem” – esta mensagem surgiu em 1965, quando a ONU aprovou a Declaração sobre a promoção entre os jovens de ideais como a paz, o respeito mútuo e a compreensão entre povos. Em 1995, a ONU reforçou o papel dos jovens, apresentando os desafios para a juventude no próximo milénio, através do Programa Mundial de Ação para Juventude até 2000 e mais além, reforçando neste documento, a importância da participação dos jovens no desenvolvimento da sociedade. Definindo vários eixos de ação e orientações práticas para ações nacionais, o programa contém propostas de ação para promover o bem estar dos jovens. O décimo eixo de ação destina-se à participação juvenil na sociedade e na sua tomada de decisões. Cada sociedade deve ter capacidade para responsabilizar os jovens na construção dos seus futuros. “Além de uma contribuição intelectual e capacidade de mobilizar apoio, os jovens têm perspetivas peculiares que devem ser levadas em conta”.²⁶

A geração jovem é o recurso mais importante para o reforço de capacidades e tentativas de transformações sociais nas sociedades. Principalmente família e professores devem cuidar e reforçar o “Capital Humano Juvenil”²⁷

Através da investigação, inovação e aprendizagem, em abordagens baseadas na participação, os participantes, ou seja, os cidadãos, devem identificar e encontrar soluções que assentem numa mudança social, se dela dependerem mudanças às situações locais e às práticas operacionais.

As atitudes não nascem num vazio social, mas pelo contrário, são fruto da interacção social, de processos de corporação, identificação e diferenciação sociais que nos permitem situar a nossa posição face à de outros num determinado momento do tempo.

(Lima, 1993, p.170). (Santos, 2004:22).

²⁶ Retirado de :The World Programme of Action for Youth to the year 2000 and Beyond:

<http://www.un.org/events/youth98/backinfo/ywpa2000.htm#Priority 10:>

<http://www.unyouth.com/images/documents/50-81.pdf>

²⁷ CE, 2009, Uma nova era para as políticas de juventude da EU, IP/09/644, Bruxelas:

www.igfse.pt/upload/docs/gabd/doc/2009/Novidades/04-Abr/IP-09-644_PT.pdf

No entanto, a mudança social não depende apenas das boas práticas locais, mas também na mudança política, ao nível estatal. Compete às forças da sociedade, sejam o Estado, as escolas, as ONG entre outros organismos, desenvolver esforços para aumentar a capacidade de intervenção dos jovens na construção da mesma, através de uma integração / participação e do exercício da cidadania.

“Estudos sobre os jovens são muitas vezes associados a problemas juvenis, sendo necessárias intervenções programáticas, em vez de estudos de oportunidades” (Argenti 2002, p.127) (UN, 2011:17). Alguns autores defendem que este ponto de vista denegrir a juventude e acaba por limitar a sua capacidade de uma mudança social positiva.

Poter e Abane (2008) argumentam que a participação infantil e juvenil pode gerar conhecimentos relevantes e melhorar decisões políticas. O artigo dos autores discute experiências no Gana, incluindo métodos e abordagens participativas com crianças e jovens. (UN, 2011:43)

No entanto, muitas vezes, os jovens são recursos utilizados de forma crítica ao desenvolvimento das suas comunidades. Embora a sua participação possa contribuir para o avanço da sociedade, muitas vezes, são reduzidos a uma representação simbólica. Ou seja, em vez de terem uma influência direta nos projetos participativos (principalmente em projetos de prestígio), como um meio para favorecer algumas decisões políticas, envolvendo-os e capacitando-os, as suas capacidades são utilizadas de forma simbólica (Hart, 1992; Kjørholt 2002).²⁸

Existe a necessidade de evitar esta “participação fantasma”, onde os jovens apesar de “atores participativos”, não são ouvidos. Existem questões concretas, muitas das vezes que lhes dizem diretamente respeito, em que a sua opinião pode fazer a diferença.

²⁸ Stephens (1992) aponta, por exemplo, que na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992, as crianças e os jovens desempenharam um importante papel simbólico na cerimónia de abertura. Jovens de diferentes países chegaram ao porto do Rio de Janeiro, numa réplica de um navio Viking, tendo uma bandeira UNICEF que dizia: Cumpra a promessa de um mundo melhor para todas as crianças (Stephens, 1992). No entanto, essas crianças e jovens expressaram mais tarde frustração, por não terem sido realmente ouvidas e levadas a sério numa audiência, organizada na Conferência. (UN, 2011:45-46): tradução livre.

Segundo o autor Jorge Vala,

os jovens manifestam desconfiança relativamente à eficácia dos organismos oficiais em darem resposta às suas necessidades e aspirações e ainda, deduz o autor, que se referem aos problemas sociais mais como objectos do que como sujeitos, mas descrentes do que crentes na possibilidade de transformar o cenário social (Santos, 1986:82).

A mudança social tem de ser um fenómeno coletivo, que vise fomentar alterações estruturais a partir de pontos de referência que se identificam com novas formas de vida, novas ideias e principalmente melhores condições de vida. Fazer a diferença é o mote essencial para resultar numa boa mudança da sociedade. Factores económicos, culturais, religiosos, políticos, entre muitos outros, são os componentes necessários para através da defesa de um conjunto de causas, sustentabilizar a mudança, num conjunto de ideias e desencadear um processo de transformação.

Os movimentos sociais, pela força que têm na mobilização e reivindicismo, são os movimentos mais indicados para fomentar a mudança nas sociedades mundiais.

A formação de valores e a mudança social já não passa apenas pela escola mas por outros agentes socializadores fora dela, capazes de acompanhar melhor a evolução das exigências e dinâmicas da sociedade. Para isso, é necessário que exista uma articulação entre escola e sociedade civil.

Mas, no entanto, estas mudanças estruturais na sociedade só fazem sentido se os agentes que dela fazem parte, já tiverem interiorizado os aspetos fundamentais a mudar, as causas e os efeitos da mudança mas principalmente, a necessidade de mudar comportamentos.

A crise não é apenas a nível económico. É consensual a ideia de atravessarmos igualmente uma crise social e de valores, onde impera a não solidariedade, a intolerância e a agressividade e é isto que nós, restantes seres humanos, deveremos mudar. Temos de ter capacidade para criar novos valores e valorizar o capital humano que dispomos. Temos de ter capacidade para equilibrar personalidades, comportamentos e decisões, de estabelecer condutas e de combater individualismos. Se aos cidadãos lhes cabe o papel de decisores políticos, investigadores e agentes de desenvolvimento, então, aos cidadãos cabe mudar atitudes, ideias e ações, ou seja, aos cidadãos cabe fazer uma mudança social.

Most nations in Africa with bulge populations have not in fact had recent civil conflicts; and when civil conflicts do occur in countries with youth bulges, the great majority of young men never get involved in violence. Yet what is so striking about most African cities is that they are not far from difficult, threatening and unstable. Nor does the youth bulge and instability thesis take into account other factors related to instability. The fact that virtually all recent civil wars in Africa have their origins in rural

areas also calls into question the alleged connection between large numbers of unemployed urban youth in Africa and conflict. (Sommers 2010, p.5-6). (UN, 2011:18-19)

Este estudo defende a ideia de criação de valores e formação de cidadãos que tenham capacidade e gosto de interagir com outros, de outras raças e culturas, de forma a tornarem-se cidadãos do mundo, em harmonia e respeito. Ensinar-lhes a construir a sua autonomia, identidade e personalidade, mediante o que encontram à sua volta e aprender com o que encontram no mundo: aprender a viver com o básico, a respeitar as minorias, a defender a Paz e a solidariedade.

A qualidade de vida começa no quadro habitacional: possibilidade única de uma vida partilhada nas tarefas e nos momentos de repouso em que se recria o espírito e se fortalecem os laços dos afectos. É aí que se forja a ética do cuidado das pessoas umas pelas outras e se constrói sobre bases sólidas uma sociedade mais segura e mais confiante²⁹.

Maria de Lourdes Pintasilgo

²⁹ Comissão Independente População e Qualidade de Vida, 1998, Cuidar o Futuro, Um programa radical para viver melhor, Lisboa, Trinova Editora, contracapa.

CONCLUSÕES E ENQUADRAMENTO NESTE TRABALHO DE PROJETO

A definição dos vários conceitos, durante o enquadramento teórico, permitiu reforçar a ideia defendida e os objetivos a alcançar com este estudo. Importa agora concluir a parte teórica com algumas conclusões derivadas do processo anterior.

Atualmente, a CD procura dar resposta aos novos desafios e realidades das sociedades. Não é considerada como mais um instrumento para o desenvolvimento, mas um planeamento e uma abordagem nova, complementar às já existentes.

Esta nova perspetiva de cooperação baseia o seu trabalho no reforço das capacidades de diálogo com as sociedades civis, dos países em vias de desenvolvimento, a fim de favorecer a emergência da democracia e a evolução das populações.

Ainda nesta nova perspetiva de cooperação, assiste-se a um envolvimento de novos atores da sociedade civil e um maior envolvimento dos atores dos países em vias de desenvolvimento, que em conjunto, partilham ideias, projetos e desafios que, um poder estatal não conseguiria atingir.

As diferenças das identidades regionais e locais, assim como as diferenças das bases organizativas, culturais, sociais e económicas, foram permitindo o aparecimento de uma pluralidade de novos atores, como as autarquias locais, organizações descentralizadas não governamentais, pequenas e médias empresas ou associações, aos quais lhes foi sendo oferecido um poder de intervenção, reconhecendo-lhes mesmo, claros fundamentos económicos nas ligações.

Este crescente envolvimento de atores locais como agentes de CD, tendo em consideração a sua capacidade de proximidade com as pessoas e os problemas locais, veio, ao longo do tempo, tornando-os agentes privilegiados, no desenvolvimento local, envolvendo igualmente os atores dos países em desenvolvimento que, ao participarem nas atividades, desenvolvem potenciais que até à data estariam ocultados, facilitando igualmente questões como o empowerment e a participação das gentes locais.

A participação é também um elemento essencial ao bom funcionamento da CD. Sem existir uma boa mobilização e a consciência de dever participativo, nos problemas e aspirações das sociedades, não é possível este tipo de cooperação, pois a mesma requer ação coletiva. Por outro lado, para os cidadãos poderem exercer uma cidadania ativa e um poder participativo, é necessária uma boa abertura a essas componentes, por parte dos agentes da sociedade que têm poder para o permitir: escolas, municípios, associações, coletividades, ONG's, ...

É relevante o papel destes atores (descentralizados) na sensibilização e mobilização dos cidadãos mas, igualmente relevante, é a consciência do trabalho em parceria, tanto entre os cidadãos e os diversos agentes como os agentes entre eles.

Assumir uma atitude de co-responsabilidade e diálogo e desenvolver a participação ativa das pessoas, são elementos a ter em conta, assim como também, reconhecer uma importância de atuação nos diversos processos.

Atualmente e no futuro, sensibilizar cidadãos resultará não só da mobilização de novas parcerias, novas competências e novos recursos para as ações de cooperação, como, acabará por enriquecer a componente da formação de uma comunidade local, mais consciente, o que se traduz numa “educação para o desenvolvimento”.

No âmbito da CD e assente nas missões das Organizações da Sociedade Civil, proporcionam-se aos novos agentes (comunidades territoriais), oportunidades, baseadas muitas vezes em solidariedades, para seguirem com projetos de desenvolvimento local, tendo em consideração os seus trabalhos, ideias, iniciativas, que os tornam “empowered” quando estão em causa, os seus futuros e os seus destinos.

Relatos de organizações não governamentais que atuam no terreno, nomeadamente nos países africanos, afirmam que existe todo um potencial a desenvolver, toda uma vontade a aproveitar, por parte das populações locais:

Mulheres e homens (...) que conseguem construir as suas vidas com o pouco que têm, com ética, com dignidade, com coragem e determinação. Coragem de cair para se levantar logo a seguir, mantendo a determinação de mudar as suas vidas, transformar a desgraça em fortuna, as convulsões políticas ou naturais em oportunidades de mobilizar a acção solidária em favor de suas comunidades e dos seus países. Homens e mulheres com uma capacidade imensa de sofrer e de ousar, sem nunca perderem a esperança e a força indomável das suas vontades de construírem seus sonhos no seu torrão natal. (Henriques, 2009:13).

As populações locais estão a aprender a viver com o que dispõem e a utilizar o que têm, como aliado no desenvolvimento local e na sustentabilidade das regiões. As relações de confiança, de proximidade e partilha, os laços de solidariedade e cumplicidade, com que já identificam os parceiros das organizações não governamentais que vêm do norte, são uma mais valia para todos os intervenientes, na promoção da ação cívica.

Para além destas questões que se prendem ao desenvolvimento humano, existe também a componente democrática e económica.

Em grande parte dos países em desenvolvimento, os processos de democratização e descentralização têm sido difíceis e a colocação de agentes de cooperação descentralizada,

que funcionem como representantes da sociedade civil, tem vindo a ser uma política a reforçar pela comunidade internacional. Por outro lado, em termos económicos, os projectos de CD têm demonstrado resultados rápidos, tangíveis e mesuráveis. Os seus indicadores de sucesso têm mostrado resultados qualitativos e não quantitativos, assente em lógicas endógenas de desenvolvimento, baseado no bem estar das populações e não, em critérios importados.

Uma outra característica positiva da CD, enquanto planeamento de uma nova intervenção, complementar às já existentes, é o facto de ser considerada como um ótimo suplemento à Ajuda Pública ao Desenvolvimento (Ramos, 2002:09).

Não se pretende afastar os governos centrais do processo, mas alargar a participação das entidades não governamentais como novos agentes, em projetos que podem trazer mútuos benefícios.

Todos estes conceitos estão interligados e dessa interligação, podemos retirar benefícios para o futuro coletivo dos jovens e do seu papel na cooperação para o desenvolvimento. Através do conjunto destes conceitos, podem-se tirar conclusões sobre o papel fundamental que a juventude pode desempenhar em parcerias centradas na redução da pobreza e no desenvolvimento sustentável, através de ações e iniciativas conjuntas, e no âmbito da cooperação descentralizada. Além disso, através de projetos de cooperação, pode-se colmatar as diferentes necessidades de desenvolvimento pessoal dos jovens (e outros cidadãos), habilitando-os com instrumentos diferentes de informação, que lhes permita conhecer outras realidades, de sociedades diferentes e assim, contribuir para a melhoria das competências pessoais, para a redução de desigualdades entre seres humanos, para o desenvolvimento local e para uma igualdade de direitos e oportunidades e da tolerância.

PARTE II – ANÁLISE DE UM PROJETO

A segunda parte foi dividida em dois capítulos: o capítulo V, dedicado à apresentação dos Jovens Sem Fronteiras, à sua ONG, a Sol Sem Fronteiras e por fim ao Projeto “Ponte”, projeto realizado todos os anos, com base em intercâmbios juvenis, que serve neste trabalho de estudo de caso e o capítulo V, destinado a uma análise aos projetos Ponte e à apresentação dos seus resultados.

Estes capítulos servem para colocar em prática os conceitos tratados anteriormente, para que posteriormente, se consiga retirar conclusões teóricas e práticas.

CAPÍTULO V – Jovens Sem Fronteiras

Este capítulo apresenta os Jovens Sem Fronteiras: a sua história, os seus princípios, as atividades nacionais, regionais e internacionais que desenvolvem e as suas missões, em torno de dois ideais: a fé e a ajuda ao próximo.

Apresenta-se também a organização não governamental criada para sustentar os projetos desenvolvidos pelo movimento, assim como os projetos mais marcantes da ONG.

Por fim, aprofunda-se o Projeto Ponte, ideal neste estudo, para exemplificar toda a teoria aqui tratada. Embora sempre no âmbito das mesmas características e objetivos, o Projeto Ponte, embora seja considerado como “um” projeto, realiza-se todos os anos com voluntários / jovens diferentes, com competências diferentes e em locais diferentes.

5.1. Jovens Sem Fronteiras

Os Jovens Sem Fronteiras são um movimento missionário, organizado em grupos paroquiais, em diversas partes do país assim como, em alguns países como França, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola. Uma grande percentagem dos JSF são catequistas e têm concentrado os seus projetos, na ajuda aos mais pobres.

Um dos seus objetivos destes jovens é fazer a animação missionária nas paróquias, formando consciências da dimensão da Igreja, visando a formação e a partilha de uma forma jovem, através de testemunhos missionários e de ações de solidariedade.

Fundados pelo Pe. Firmino Cachada em 1983, os JSF pertencem à Congregação dos Missionários do Espírito Santo.

A preocupação de fazer chegar aos jovens a animação missionária espiritana fez com que, com a criação da Liga Intensificadora da Ação Missionária – LIAM em 1937, se tenha intensificado a pastoral juvenil, dando-lhe um cunho missionário e começando-se a trabalhar com leigos.

No início dos anos 70, surgiram as “Caminhadas Heróicas”, a “Juventude Missionária” e os “Cursos Ad Gentes”.

Foram estes antecedentes históricos, protagonizando os jovens em muitas iniciativas da LIAM, que fizeram surgir os Jovens Sem Fronteiras em 1983, através do Pe. Firmino Cachada, em Lisboa.

Entretanto, a Congregação dos Missionários do Espírito Santo orientou os responsáveis dos diversos Centros de Animação Missionária, para apostarem no desenvolvimento deste movimento no resto do país: o Pe. António Farias constituiu o movimento no Porto, o Pe. Arlindo Amaro, em Braga e o Pe. José Manuel Sabença em Clamart, perto de Paris, em França. O Pe. Firmino Cachada lançou ainda outros movimentos JSF, em Colmar - França, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola, grupos estes, a funcionar no estrangeiro mas sempre ligados à presença dos Espiritanos, que trabalham no terreno.

Os seus Estatutos foram aprovados a 6 de Fevereiro de 2000 pela Coordenação Nacional e a 24 de Junho de 2003, pela Conferência Episcopal Portuguesa.

Perto de celebrarem 30 anos de existência, os JSF continuam a marcar o seu carisma, espiritualidade e trabalho, através das muitas atividades e pontos de referência obrigatórios. O movimento procura participar nas mais diversas atividades propostas pelas dioceses, como por exemplo em vigílias de oração, caminhadas, no Dia Mundial da Juventude... Colaboram ainda com a Direção Nacional da Pastoral Juvenil, na realização de eventos como o Fátima Jovem ou, o Fórum Ecuménico Jovem.

A maioria destes jovens toma conhecimento deste movimento através da Igreja. Em cada Paróquia existe uma equipa de animação, que tem por objetivo dar a conhecer os projetos dos JSF.

Neste momento, contam com cerca de 600 jovens, distribuídos em 44 grupos, divididos por quatro zonas (Minho, Douro, Centro e Sul). Normalmente, reúnem-se em grupo através dos retiros, encontros, debates e formação, de forma a se enriquecerem interiormente, como pessoas e como cidadãos do mundo.

A Igreja só será jovem quando os jovens forem Igreja

João Paulo II

Atividades dos Jovens Sem Fronteiras

Para partilhar as experiências que vão tendo com o seu trabalho nas Paróquias locais, são organizadas várias atividades e eventos:

Atividades Nacionais:

- Encontro Nacional

Em 1998, os JSF celebraram 15 anos desde a sua fundação, no X Encontro Nacional, realizado na Praia das Maças, em Sintra. Este encontro foi principalmente marcado por uma exposição fotográfica “Expo 87-98 – Mares Navegados de Barcelos a Sintra”, cujas imagens relembaram encontros de Barcelos – 1987, Ilha da Azambuja – 1988, 1989, 1991 e 1995, Penha, em Guimarães – 1990, Foz do Neiva, em Viana do Castelo – 1992, Colégio do Sardão, em Vila Nova de Gaia – 1996 e Ribeira do Fárrio, em Ourém – 1997.

Em 1999, o Encontro Nacional realizou-se no Seminário de Fraião, Braga e em 2000, no seminário da Torre d’Aguilha, em Cascais.

Santa Maria da Feira, através da Paróquia de Fiães, acolheu o Encontro Nacional de 2001 e em 2002 foi a vez da Paróquia de Carvalhal, em Barcelos.

Para comemorar os 20 anos, o Encontro Nacional de 2003 foi realizado na Torre d’Aguilha, em Cascais.

Em 2004, foi a vez do Mosteiro de Singeverga, em Santo Tirso, de acolher os jovens para mais um Encontro anual. Em 2005, o Encontro Nacional foi em São Cristóvão de Selho – Guimarães, em 2006, em Benedita e Alcobaça e em 2007, em Lordelo – Paredes. O ano 2008 foi marcado pelo Encontro Nacional em Caneiro e Fátima, no concelho de Ourém. O Encontro Nacional 2009 realizou-se em Lomar-Braga, o de 2000 no Barreiro e o de 2011 irá realizar-se entre 7 e 9 de Outubro em Godim-Régua.

Com um tema e um lema alusivo ao que de mais importante a Igreja está a viver, estes Nacionais JSF são o único momento do ano em que todos, de norte a sul, se encontram para celebrar, rezar, partilhar, aprofundar conhecimentos e experiências, avaliar, programar, confraternizar. (Neves, 2005:850).

- Semana Missionária

Ocorre no Verão e tem a duração de dez dias. O objetivo é a estadia numa aldeia do país, com determinadas necessidades e praticar algumas ações. A primeira semana missionária ocorreu em 1986, em Jungeiros, Aljustrel, com vinte jovens. O número de JSF, que vão participando nas Semanas Missionárias no Alentejo vai aumentando de ano para ano.

Nas semanas missionárias, as atividades dos jovens centram-se no trabalho com crianças, tempos livres, catequese, animação de idosos, visita a centros de dia, encontros de formação com outros adolescentes, partilha da fé e reflexão de vários temas.

- Encontro Nacional de Coordenadores e Animadores

Todos os eleitos para coordenar os grupos paroquiais JSF, precisam de formação especial, na área de liderança e dinâmicas de grupo mas também, necessitam de conhecer a espiritualidade e o ideal espiritano.

O I Encontro Nacional de Animadores teve lugar em 1990.

São nestes encontros de animadores e vice-animadores que se apresentam os programas anuais e se partilham atividades e preocupações assim como, coragens e confianças.

No entanto, a formação não atinge apenas os animadores e vice-animadores. Todos os JSF têm formação humana e cristã, ou seja, educar para os valores humanos e educar para a fé e ainda, dentro desta última, educar para a dimensão missionária.

São assim, organizados seminários e colóquios em várias regiões do país, abrangendo um elevado leque de temas (muitas vezes escolhidos durante os Encontros Nacionais).

- Peregrinação a Fátima

Em 1985 – Ano Internacional da Juventude, os JSF organizaram a I Peregrinação Missionária, a pé, a Fátima. A II realizou-se em 1987, e III em 1990 e a IV em 1993. Outras se seguiram e muitas outras se seguirão.

- Participação em Jornadas Mundiais de Juventude

Com a presença em 1989, em Santiago de Compostela, do Papa João Paulo II, dezenas de JSF foram convidados a participar nas equipas de acolhimento.

Tanto em 1997, em Paris, como em 2000, em Roma, as Jornadas Mundiais de Juventude ficaram marcadas com a participação dos JSF.

A segunda visita que o Papa fez a Portugal, concentrou os JSF na celebração no Estádio do Restelo, em Lisboa. Marcaram igualmente presença, na terceira visita, para beatificar os Pastorinhos, a 13 de Maio de 2000, em Fátima.

- Campanhas de Solidariedade

São várias as atividades e os apelos que os jovens missionários fazem para dar continuidade ao trabalho.

Para o efeito lançaram logo no início destas campanhas, o Fundo de Apoio às Igrejas do Terceiro Mundo (FAITM) e aderiram ainda ao Serviço Espiritano de Solidariedade.

O movimento organiza festas, feiras, quermesses, rifas, jantares e tudo o que seja criativo para manter a solidariedade.

Atividades Regionais:

- Encontros Regionais

Estes encontros apostam na formação e durante os primeiros 15 anos de vida do Movimento, tiveram um papel importante nas regiões de Braga, Porto e Lisboa.

- Retiros

No âmbito dos retiros, organizam-se vigílias e criam-se espaços de oração. Durante estas reuniões, a Missão está sempre presente nas orações, assim como nos testemunhos presentes ou recordados. Fazem-se petições e criam-se compromissos entre os elementos do grupo.

Estes retiros fazem-se uma vez por ano, normalmente durante a Quaresma.

Atividades Internacionais:

- Ponte (Férias Missionárias)

Durante o mês de Agosto, um grupo de jovens desloca-se a um país de língua oficial portuguesa, para realizar trabalho voluntário. Este trabalho voluntário, abrange várias áreas como a saúde, a educação, os direitos humanos, a recuperação escolar, etc. Em 2008, o Projeto Ponte ganhou o prémio “Causas Superiores” da TMN³⁰

- Voluntariado Missionário

Voluntariado jovem de longa duração, em países com a presença dos Espiritanos. Implica uma missão de pelo menos, um ano.

No entanto, este tipo de voluntariado também se pode fazer em Portugal, seguindo o princípio de ajuda aos mais pobres.

³⁰ Reportagem disponível em: <http://www.solsef.org/?c=18&id=137>.

5.2. Sol Sem Fronteiras

Fundada a 21 de Outubro de 1993, a Sol Sem Fronteiras - SolSef é uma associação sem fins lucrativos, legalmente constituída e registada como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, cujos Corpos Sociais são maioritariamente preenchidos por jovens.

“Sol” de Solidariedade e “Sem Fronteiras” provindo do movimento fundador e do projeto geográfico em si mesmo, o nome da ONGD não foi difícil de escolher.

“O sol, quando nasce é para todos”

Lema da ONGD SolSef

A partir da experiência e das iniciativas dos JSF e canalizando-se as suas capacidades solidárias, a SolSef foi formada para dar continuidade aos projetos de desenvolvimento e promoção humana, destinados maioritariamente à população juvenil e infantil dos países menos desenvolvidos. Era imperioso institucionalizar e dar mais formalidade aos projetos de solidariedade e desenvolvimento em curso, nos diversos países africanos. Para além disso, a formação de uma ONGD permitiria a candidatura a financiamentos, no âmbito da cooperação portuguesa, através de candidaturas ao IPAD.

A organização é assim, um complemento dos JSF, permitindo-lhes continuar os projetos como Movimento Missionário, mas ao mesmo tempo, partilhar com a sociedade civil, principalmente com outros jovens, os seus ideais de fraternidade, através da solidariedade e cooperação.

A Solsef aposta na realização de várias campanhas públicas, com o objetivo de conseguir apoio financeiro para o desenvolvimento dos seus Projetos.

Até à data, os projetos seguintes, foram os mais emblemáticos da ONGD:

- Escola Sem Fronteiras de Tubebe, na Guiné-Bissau: permitiu levar a escolaridade ao interior da etnia dos manjacos. Foi o arranque da SolSef, como ONGD e abriu assim, as portas à cooperação e ao desenvolvimento.
- Escolinhas de Netia, em Moçambique: projeto iniciado pelos JSF no âmbito da Ponte 2000, foi desenvolvido em colaboração com os Missionários Espiritanos, que ao sentirem necessidade de criar espaços de acesso ao ensino, quer de crianças, quer de adultos, levou-os à construção de três escolas em localidades diferentes de Netia, permitindo o acesso à educação, de centenas de crianças;
- Liceu Brottier, em Calequisse, Guiné-Bissau: permite aos jovens manjacos, o acesso a uma escolaridade mais elevada;

- Lar Juvenil Padre Lecomte, em Caconda, Angola: com base do objetivo 2 dos ODM (atingir o ensino primário universal), permite acolher crianças que residem longe da escola.
- Lar Educação na Esperança, em Itoculo, Moçambique: assente no objetivo 3 dos ODM (promover a igualdade de género e as capacidades das mulheres), permite assegurar a educação a meninas, oriundas de 77 aldeias da missão de Itoculo. Este lar, gerido pelas Irmãs Espiritanas, tem capacidade para acolher 50 meninas, proporcionando-lhes um lugar estável para a aprendizagem, reforçada por atividades e apoio extra-curricular.³¹
- Biblioteca de Muatauanha, em Nampula, Moçambique: projeto que contou com a mobilização dos JSF e a generosidade de algumas livrarias. Foram recolhidos cerca de 10 mil livros e aproveitando um espaço já existente, criou-se a biblioteca, permitindo assim, que alguns alunos se possam preparar para o acesso à universidade, situação que de outra forma, seria impossível.
- Escola dos Dembos, em Dembos, Angola: assente no objetivo 2 dos ODM, permitiu recuperar o edifício da Escola da Missão, que devido à localização geográfica de Dembos (situada a 950m de altitude), os níveis de humidade são elevados, o frio e nevoeiro são habituais e os agasalhos são poucos. A reconstrução do edifício, principalmente a colocação de portas e janelas, permitiu melhores condições às salas de aula.
- Centro Mwenho-Ukola, em Huambo, Angola: com base no objetivo 3 dos ODM, foi construído um edifício e apoiada a entrada em funcionamento do mesmo, com formação de funcionários. Este centro é gerido atualmente pelas Irmãs Filhas d'África e acolhe cerca de 50 meninas órfãs, de diversas idades.
- Maternidade Libermann, em Kalandula, Angola: assente no objetivo 4 dos ODM (reduzir a mortalidade infantil) e no objetivo 5 (melhorar a saúde materna), foi recuperada a maternidade que se encontrava sem equipamentos e condições. Foi assim, enviado material hospitalar, conseguido através de campanhas de angariação de material, feitas pelos JSF.
- Escola Ciclo de Calequisse, em Calequisse, Guiné Bissau: com a sua recuperação, facilitou-se às crianças e jovens, a continuação dos estudos, aumentando mesmo a frequência de um grau mais elevado de ensino. Posteriormente, com o apoio da SolSef, alguns alunos tiveram bolsas de estudo, de modo a prosseguirem os seus estudos, no ensino secundário em Bissau.
- Centro de Formação Feminina “Irmã Raquel Celeste”, em Humpata, Angola: com base no objetivo 3 dos ODM, o projeto é gerido pelas Irmãs “Filhas de África”. Equipou-se o espaço

³¹ De referir que a taxa de desistência das raparigas é ainda cerca do dobro dos rapazes, pois muitas assumem as tarefas domésticas ou engravidam, antes de terminarem os estudos.

com materiais necessários à aprendizagem de costura, higiene e saúde, culinária, atividades administrativas e alfabetização.

- Escola Primária São José Bajob, em Bajob, Guiné Bissau: no âmbito do objetivo 2 dos ODM, a construção desta escola e o apoio a três outras escolas primárias, beneficiou cerca de 300 alunos e 9 professores. Este projeto contou com o apoio da comunidade escolar de Peniche, que desenvolveu várias atividades, de modo a angariar fundos para a construção. Desde então, os alunos portugueses têm mantido relações com estas escolas guineenses e fazem campanhas anuais para apoiar o funcionamento das mesmas.

- Escola Arquidiocesana do Lubango, em Lubango, Angola: inserida no centro de apoio a deficientes, teve como objetivo, melhorar o funcionamento da escola, permitindo a cerca de 2000 alunos, melhores condições de estudo. Foram ainda construídas mais cinco salas e enviado material escolar.

- Escola Sem Fronteiras de Tubebe, em Bajob, Guiné-Bissau: construída com o apoio dos JSF em 1988/89 e entregue pelos mesmos ao Ministério da Educação Guineense. No entanto, o Estado não conseguiu manter o funcionamento da mesma, propondo a sua privatização à Missão Católica de Caió. Assim, com o apoio da Solsef, em 1995, foi feita uma ampliação e ainda com a ajuda da ONGD, conseguiu-se financiamento para o seu funcionamento, beneficiando assim, cerca de 300 alunos e 11 professores.

- Centro Social de Apoio à Infância (CSAI), em Ribeira Afonso, São Tomé: com base no objetivo 4 (reduzir a mortalidade infantil), objetivo 5 (melhorar a saúde materna) e objetivo 6 (combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças), o centro apoia e integra crianças da parte mais pobre da ilha. O centro nasceu da iniciativa da Igreja Católica do local e entrou em funcionamento em 2000, com técnicos santomenses. Hoje em dia, presta vários serviços à população na área da saúde: consultas pré-natal e pós parto, vacinação, análises clínicas, despistagem e tratamento da malária e outras doenças. Dispõe ainda de um ATL e creche, bem como assistência social, de onde beneficiam cerca de 75 crianças. A Solsef apoiou a construção do centro (durante onze anos), equipou-o, deu formação aos técnicos locais e enviou voluntários para apoio nas diversas valências. O projeto contou com o apoio do IPAD e da Comissão Europeia. Atualmente encontra-se sob administração da Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe, tornando-se assim num marco do desenvolvimento local.

A Solsef aposta também na Educação para o Desenvolvimento, através da sensibilização para a solidariedade e desenvolvimento, com o projeto “Escolas Solidárias”. A ONGD visita

escolas portuguesas, promovendo sessões para mostrar a realidade dos países mais pobres, incentivando a uma participação solidária, nos projetos de desenvolvimento que tem em curso. Por exemplo, as escolas de Peniche participaram numa campanha da Solsef e juntaram fundos para a construção da Escola de São José, em Bajob, no interior da Guiné, local onde se situam duas comunidades de Espiritanos.

Com a formação da Solsef, abrem-se igualmente as portas, a todas as pessoas que se queiram associar e participar nos projetos de apoio ao desenvolvimento.

Pode dizer-se que esta organização é um complemento dos JSFs, permitindo-lhes permanecer como Movimento Missionário mas, ao mesmo tempo, partilhar com a sociedade civil e, sobretudo, com outros jovens, os seus ideais de fraternidade, traduzidos na solidariedade e na cooperação. (Neves, 2005:853)

5.3. Projeto PONTE

Até 1988, apenas os religiosos pertencentes a Institutos Missionários, partiam de modo organizado, para Missões fora de Portugal.

Os JSF quebraram esta tradição...

Com cinco anos de existência, os JSF decidiram alargar o seu apoio. Nesta altura, a Missão de Caió, na Guiné, necessitava de construir uma escola e como não queriam apenas enviar dinheiro, os JSF decidiram partir e abraçar o projeto. Lançaram os alicerces da Escola Sem Fronteiras de Tubebe e nasceu assim, a primeira Ponte em Agosto de 1988.

Hoje, a FEC – Fundação Evangelização e Culturas, coordena a Plataforma do Voluntariado Missionário que integra cerca de quarenta instituições, que preparam e enviam Leigos Voluntários Missionários. São várias as vertentes destas instituições como Paróquias, Fundações, Dioceses, Movimentos, ONGDs, ... que apostam numa formação profunda com base para todos os Leigos Missionários.

Em 1996, o Voluntariado Espiritano, enviou os primeiros leigos para Angola, para uma missão em Huíla. No mesmo ano, partiu um jovem, através da Solsef, para São Tomé e Príncipe, numa missão de seis meses.

Sucederam-se os envios e os espaços de intervenção foram alargados e os JSF também seguiram o exemplo, nos seus projetos de intervenção.

Desde então, os JSF já construíram mais de vinte Pontes: três na Guiné, quatro em Cabo Verde, quatro em São Tomé e Príncipe, seis em Angola, duas em Moçambique, duas no Brasil:

1988 – Caió – Guiné Bissau; 1992 – Cabo Verde; 1994 – São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau; 1995 – São Tomé e Cabo Verde; 1996 – Malanje – Angola; 1997 – Huambo –

Angola; 1999 – Caió – Guiné-Bissau; 2000 – Netia – Moçambique; 2001 – Ribeira Afonso e São Tomé – São Tomé; 2002 – Calheta – Cabo Verde; 2003 – Kalandula – Angola; 2004 – Dembos – Angola e Ribeira Afonso – São Tomé; 2005 – São Cristóvão Cabo Frio – Brasil; 2006 – Huambo – Angola; 2007 – Itoculo – Moçambique; 2008 – Chinguar – Angola; 2009 – Milho Branco – Cabo Verde; 2010 – Belo Horizonte – Brasil, 2011 – Kalandula – Angola.

A designação de “Ponte” deve-se ao ideal de unir duas margens, dois povos... à união de pessoas, culturas e fé, ou seja, uma cooperação para o desenvolvimento, com valores cristãos. Trata-se de uma experiência missionária, de um grupo de jovens voluntários pertencentes aos Jovens Sem Fronteiras, ligados à Congregação do Espírito Santos que inseridos na ONGD "Sol Sem Fronteiras", fizeram a sua inserção missionária, no Chinguar, em Angola. A ONG pretende que o projeto “Ponte” proporcione aos jovens portugueses, uma experiência de solidariedade com outros povos e culturas, através de um mês de voluntariado e cooperação (abrangendo o período de férias – Agosto). Requer que estejam há três anos no Movimento e que participem com regularidade nas diversas atividades. Realça-se ainda a informação de que os jovens portugueses só partem para um projeto Ponte, após terem realizado alguma experiência de Missão em Portugal, numa das semanas missionárias de verão, de dez dias.

Os objetivos gerais³² do Projeto Ponte são:

- Promover o intercâmbio com crianças, jovens e adultos angolanos desenvolvendo o espírito de interajuda e solidariedade;
- Desenvolver actividades que possibilitem a formação de jovens e adultos nas áreas da educação, saúde, cidadania e direitos humanos;
- Promover a solidariedade e a cooperação entre países lusófonos, proporcionando aos jovens de Portugal um contacto directo com a cultura de um PALOP;
- Combater, pela formação e sensibilização, doenças como a sida e a malária;
- Em suma, dar um contributo em ordem à concretização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento. (SolSef, 2008:02-03)

Os projetos Ponte são assim, atividades promovidas pela ONG SolSef e pelos JSF, permitindo aos jovens o contacto com outras realidades de vida e com realidades do trabalho missionário, em países de língua oficial portuguesa, durante o mês de Agosto.

Enquadrando-se nos ODM, são várias as áreas de cooperação:

- Formação e orientação com vista à actividade profissional
- Educação para a saúde e combate de doenças
- Formação de professores e educadores

³² Estes objetivos estão associados diretamente ao Projeto Ponte 2008, em Chinguar, Angola mas adaptam-se a todos os projetos Ponte, da Sol Sem Fronteiras.

- Formação dos Líderes da Comunidade
- Formação na área da Cidadania e dos Direitos Humanos
- Dinamização do associativismo juvenil
- Formação na área da Educação Musical
- Integração Social de grupos desfavorecidos (SolSef, 2008:02)

Os jovens que participam pertencem aos JSF e têm vários encontros de preparação e atividades de formação, nas temáticas da Cooperação para o Desenvolvimento, Voluntariado Juvenil e Solidariedade Norte-Sul.

Os jovens participantes nos projetos Ponte trabalham nomeadamente nas áreas da educação, música, desporto, informática, direitos humanos, atividades de tempos livres para crianças e jovens. Segundo os participantes, o contacto com as populações que os acolhem, faz sobressair o espírito de entrega, o entusiasmo, marcados pelo testemunho de entrega dos missionários, com quem partilham a experiência durante a Ponte.

O ser, o estar e o fazer – estes são alguns dos desafios e das conquistas, que durante um mês os jovens enfrentam em países que têm realidades de vida diferentes das portuguesas, nomeadamente em contexto africano.

São sempre muito bem recebidos pela população local, o que estimula o seu empenho e dedicação, tornando bem sucedidos até à data, todos os projetos.

Muitos jovens tendem a repetir a experiência, reforçando o seu compromisso perante a Missão e muitas vezes avançam para o Voluntariado.

Dois exemplos de Projeto Ponte:

Angola

A Ponte 2006 foi feita em Huambo, Angola. Com o tema “Reconstruir na Paz e na Justiça”, onze jovens participantes criaram uma ludoteca e uma pequena biblioteca no orfanato do local – Centro “Mwenho Ukola” e ainda, desenvolveram o ATL, em conjunto com as crianças do local. Com os adolescentes, foram feitas várias ações de formação na área dos direitos humanos, saúde e informática. Nesta Ponte, os jovens portugueses viveram a realidade de um orfanato, o confronto com a dor da perda, das desestruturas familiares. Noutro âmbito, o da igualdade de género, os jovens deram formação na área dos direitos humanos e da saúde, às mulheres da PROMAICA – Associação católica, que procura a promoção da mulher angolana. Os jovens visitaram ainda, o Centro da Comuna da Chipipa, o Centro de Saúde e a Escola. Na escola, decorreu o seminário de capacitação em Pedagogia Educacional para os

professores e no centro de saúde, ofereceu-se formação na área da saúde (principalmente na área do HIV/SIDA e tuberculose) aos enfermeiros.

Brasil

A Ponte 2010 foi feita em Belo Horizonte, no Brasil. Com o tema “Unindo Horizontes e(m) Missão”, quinze jovens instalaram-se no Bairro de Nossa Senhora da Glória, na periferia de Belo Horizonte, bairro com uma classe média-baixa e baixa que, apesar de 3 km², tem cerca de 40.000 habitantes. Acolhidos pela Paróquia do local, os jovens trabalharam com as crianças da catequese, apoiaram estudantes, fizeram rastreios de saúde, visitaram doentes, ... Participaram ainda nas eucaristias diárias e na semana da padroeira, mostrando o seu testemunho missionário. Participaram também, na realização de um curso de liderança para os animadores e responsáveis de grupos da Paróquia, de um curso de iniciação musical para as crianças e de um curso de sexualidade para os jovens casais. Trabalharam com crianças e jovens dos 6 aos 17 anos, refletindo inúmeros temas e partilhando valores.

(...) foi esta a experiência que nos despiu de preconceitos e nos ensinou que as coisas mais simples da vida são as mais importantes.

Sentimos que a Ponte foi um crescimento quer para cada um de nós, quer para o grupo e até mesmo para a comunidade, houve uma envolvimento de todos e por isso temos de agradecer a todo o povo do bairro da Glória, ao Pe. Luís, ao Irmão Pedro e ao Tó pelo acolhimento e pelo que nos deram a possibilidade de viver, fazendo-nos sentir que em cada abraço, naquelas vidas nós nos deixamos! Sentimos ainda que a Ponte só é ponte porque existem duas margens, e por isso o nosso agradecimento estende-se à Solsef, aos Jovens Sem Fronteiras e a todos quantos nos ajudaram a construir este projecto.

Cátia Santa e Joana Cruz³³

CAPÍTULO VI – Análise dos Projetos Ponte

Por fim, e após toda a descrição e reflexão anterior, o último capítulo destina-se a testar os conteúdos dos conceitos apresentados e a apresentar resultados.

É constituído por duas partes: uma explica a metodologia de análise ao projeto, baseada essencialmente num questionário feito a jovens que participaram em Projetos “Ponte” – Jovens Pontistas e a outra analisa os resultados, tanto do questionário, como das outras fontes de investigação.

³³ Santa, Cátia, Joana Cruz, 2010, Ponte 2010 – Os Horizontes no Regresso, Informação Sol Sem Fronteiras, ano XVI, nº43, pág.15

6.1. Metodologia de análise

Feita a análise concetual, seguiu-se para a fase de recolha de informação no “terreno”, de forma a justificar os conceitos trabalhados, as ideias apresentadas e por fim, solucionar o objetivo geral e os específicos desta investigação.

Deste modo, nesta fase da investigação (com base nas suas hipóteses), foi elaborado um questionário, de respostas com escolha múltipla (de forma a facilitar os questionados), assim como, de resposta voluntária.

O questionário foi enviado por correio eletrónico, obtendo-se trinta respostas. Foi efetuado através de uma abordagem global e com base nos conceitos atrás estudados: Desenvolvimento, Participação / Desenvolvimento Participativo, Cidadania, Voluntariado e Cooperação Descentralizada, pelo que as respostas ao mesmo, têm como fundamento, obter dados para se responder às questões da investigação:

- a) Compreender se a cooperação descentralizada é um motor transmissor de mudanças comportamentais nos jovens, isto é, poderá o contato direto com outras realidades, trazer alterações às ações e comportamentos juvenis?
- b) Será que a participação de jovens como voluntários em ações de cooperação descentralizada, fomenta o reforço da sua cidadania ativa? Se sim, em que termos?

Sendo de múltipla escolha, o questionário apresentado aos jovens foi dividido em quatro partes, relacionadas com os conceitos a tratar, assim como as suas dimensões e variáveis de análise.

É imperativo justificar que cada questão envolve vários conceitos, pois os conceitos estão teoricamente envolvidos uns nos outros, pelo que, seria repetitivo abordar cada um em cada ponto. Desta forma as questões foram cuidadosamente elaboradas de forma a envolver dois ou mais conceitos, ao mesmo tempo.

A primeira parte, constituída pelas perguntas 1, 2 e 3, serviu apenas para contextualizar o jovem inquirido e enquadrá-lo na investigação.

A segunda parte, constituída pelas questões 4, 5 e 6, embora intitulado de “Projeto Ponte” serviu para análise dos conceitos de Participação (motivos/razões para participar numa Ponte) e Voluntariado (motivos para se mobilizarem assim como, para serem voluntários). Para além da motivação à mobilização e ao voluntariado, verificou-se simultaneamente, na questão 6, as áreas de interesse, tendo em conta os objetivos do Projeto.

A terceira parte, englobou as questões 7, 8, 9, 10 e 11, dedicadas ao conceito de Participação. A questão 7, visa analisar no âmbito dos conceitos de Cidadania, Participação e

Empowerment e ainda Cooperação Descentralizada, o ativismo do jovem, perante a sua comunidade e ainda, a aquisição de poder (tomadas de decisão individuais e comuns e estímulo ao produtivismo).

A questão 9 relaciona-se com os conceitos de Participação, Empowerment e Cidadania, pois ao saber-se se existem iniciativas próprias / individuais em prol da comunidade, trabalham-se temas como: afirmação de autonomia pessoal em grupo, estímulo à autosuficiência, reforço de competências, novamente a aquisição de poder e cidadania ativa. Por fim a questão da solidariedade (motivação solidária) que vem englobada igualmente, nas questões 7, 8, 9 e 10, associa-se ao conceito de Cooperação Descentralizada, pois as iniciativas em prol da comunidade requerem a união do cidadão, neste caso o jovem, a instituições / organizações da sociedade civil.

As questões 8 e 10 são meramente quantitativas e, servem para completar as questões 7 e 9 respetivamente.

Por fim, dentro desta parte, destinada à temática da Participação, a questão 11, relaciona-se principalmente com a Mudança Social (alterações estruturais nos modos de vida e de comportamento). Ao perguntar, como o jovem se sente psicologicamente, após ter sido voluntário numa “Ponte”, avaliam-se assim, mudanças de atitude e alterações aos modos de vida, dados cruciais e imprescindíveis à obtenção de resultados, com vista ao alcance dos objetivos deste trabalho de projeto.

O conceito de Cidadania vem focalizado nas questões 12 e 13.

Assim, a questão 12 prende-se com a atuação dos jovens, no seu dia a dia, de forma a analisar presentemente, os seus comportamentos. Tendo como conceito base a Cidadania, é relevante a este estudo, o comportamento dos jovens face a questões rotineiras, após o contacto direto com outros jovens, de outras realidades, raças, culturas e com diferentes modos de vida, de forma a avaliar igualmente, a temática da mudança social e alterações de comportamento. Já a questão 13, analisa a opinião dos jovens sobre questões atuais, da vida em sociedade, dando conhecimento, de uma forma indireta, de dados importantes para completar a análise do conceito de cidadania. De destacar nesta questão, as três últimas perguntas que, para além do que foi atrás mencionado, acrescem uma componente de análise única no questionário: saber a opinião dos jovens sobre os objetivos deste projeto.

Para melhor análise deste ponto do trabalho, encontram-se em anexo, o questionário feito aos jovens pontistas, assim como as respetivas grelhas de análise, com base nos conceitos.

Por fim, a entrevista feita ao coordenador dos projetos Ponte, ao longo destes anos, Sr. Padre Tony Neves, serviu apenas para completar algumas informações que não possível de

identificar durante a análise documental. Sendo apenas constituída por quatro perguntas, não careceu nem de deslocação, nem de gravador, fazendo-se a mesma por troca de correio eletrónico.

Os dados recolhidos da entrevista, serviram para complemento dos pontos anteriores dedicados aos Jovens Sem Fronteiras, à ONGD Sol Sem Fronteiras e ao Projeto Ponte.

As perguntas e respostas desta Entrevista encontram-se igualmente nos documentos anexos.

6.2. Análise de resultados

Para uma contextualização e enquadramento dos jovens inquiridos, foram colocadas três questões iniciais, das quais poderemos concluir que participaram no seu preenchimento, jovens com idades compreendidas entre os 22 e os 37 anos. De salientar que se obteve respostas de participantes em Pontes com alguns anos, realçando-se mesmo, a resposta da Ponte de 1992, cujo inquirido tem na presente data, a idade de 41 anos. No entanto, estes inquiridos foram incluídos no estudo, pois a sua participação num projeto com mais de dez anos, não deixa de influenciar, pela positiva ou negativa, os modos de vida e a forma de comportamentos, sendo por isso irrelevante a idade atual.

Das 30 respostas conseguidas, 18 foram de jovens do sexo feminino e 12 do sexo masculino, o que para este estudo, embora questionado, seja indiferente, pois não estão em causa conclusões que possam provir do género.

Tendo em conta que cada questão envolve mais do que um conceito, optou-se por fazer uma avaliação de resultados, com base nos conceitos e nas dimensões de análise e não com base nas questões, tratadas individualmente.

O voluntariado é um conceito analisado através deste questionário mas, também e principalmente, analisado através de documentos e da entrevista e tem as seguintes dimensões de análise: mobilização de voluntários, motivações / incentivos ao voluntariado (participação no projeto), sustentabilidade do projeto, sustentabilidade da ONG e compromisso com a Missão.

No conceito de voluntariado e dentro da dimensão de análise referente à mobilização de voluntários, os instrumentos de mobilização foram averiguados na questão 4, tendo-se alcançado uma resposta unânime dos 30 inquiridos. Dos resultados, constatou-se que a mobilização é feita através dos JSF, salientando-se o reforço da ONGD ao projeto. Foi colocado assim de parte, mobilizações através de colegas da escola / universidade e da Igreja. Na dimensão de análise sobre os motivos / incentivos para participar no projeto, foi elaborada a questão 5, fechada com 4 indicadores: lazer / tempos livres, melhoria das condições de vida

/ ajuda ao próximo, ato de cidadania e por fim, razões religiosas. 60% dos questionados entenderam ser irrelevante o lazer ou tempos livres, como razão à participação. Para 21 jovens (70%) a melhoria das condições de vida e ajuda ao próximo, foi a escolha máxima, concluindo-se que foi este, o principal motivo que os levou a participar numa Ponte.

Por fim, ainda de salientar que em 24 respostas, foi selecionado como relevante (14) e muito relevante (10), o ato de cidadania e 90% dos questionados entenderam ser muito relevante (16) e relevante (11), as razões religiosas.

Sobre a motivação à mobilização atrás referida, foi ainda solicitado aos inquiridos, na questão 6, para identificarem os objetivos do Projeto Ponte com que se identificavam melhor. Nenhum dos inquiridos selecionou na escala “irrelevante” e “pouco relevante”, para os seis objetivos do Projeto Ponte, apresentados na questão, prevalecendo assim o interesse pelos mesmos. Para 14 jovens, o intercâmbio com crianças, jovens e adultos dos países lusófonos, de forma a desenvolver o espírito de entajuda e solidariedade é um objetivo relevante e para outros 14, muito relevante (dado muito importante para este estudo). As atividades para a formação de jovens e adultos em diversas áreas foram selecionadas por 21 questionados como “muito relevante” e por 9 como “relevante”. Identificam-se no máximo da escala, com o espírito de missão, igualmente 21 jovens. A oportunidade de contacto direto com os Missionários do Espírito Santo e com as diversas missões e realidades foi considerado um objetivo “muito relevante” para 11 jovens e “relevante” para 14. Desenvolver o espírito de voluntariado missionário é considerado um objetivo “muito relevante” para a mobilização de 21 jovens. Por fim, o objetivo apresentado na questão 6.6., desenvolver atividades que possibilitem uma troca de experiências e de conhecimentos que ajudem à consciência da missão, foi muito relevante para 50% dos jovens questionados.

Assim, nos pontos 5 e 6 do questionário foram analisadas as motivações ao voluntariado assim como as áreas de interesse, pelo que se concluiu que a principal motivação foi a melhoria das condições de vida e ajuda ao próximo e as áreas de interesse caíram em 90% para o intercâmbio, no âmbito da ajuda e da solidariedade mas também, nas atividades de formação, no espírito de missão e no espírito de voluntariado missionário.

Passando a uma outra dimensão de análise do voluntariado – a sustentabilidade dos projetos, após a análise documental e a entrevista, concluí-se que o projeto Ponte é implementado todos os anos apenas por voluntários. Sobre a sua sustentabilidade, o projeto Ponte, conta com o apoio do IPJ – Instituto Português da Juventude, com o apoio de várias entidades, empresas e doadores particulares e também, com o apoio e trabalho dos JSF em todo o país, através de eventos e campanhas de solidariedade para recolha de fundos.

A sustentabilidade da ONGD Sol Sem Fronteiras, para além destes apoios referidos no parágrafo anterior, conta também, para projetos de desenvolvimento, com o financiamento do Estado, através do IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, com a colaboração de sócios e iniciativas diversas tais como feiras solidárias, postais de natal, t-shirts, ...

Por fim e ainda relativamente ao conceito de voluntariado, encontra-se a análise do compromisso com a Missão. Como foi visto anteriormente, no ponto 6, foi colocada a questão aos jovens: identificação com o espírito da Missão e, desenvolvimento do espírito de voluntariado missionário, de onde se concluiu serem duas razões muito fortes para o voluntariado destes jovens.

O conceito de Cooperação Descentralizada, essencial a este estudo, conta com as seguintes dimensões de análise: solidariedade, participação, descentralização e complementaridade entre atores. Sobre a solidariedade, analisou-se a motivação solidária perante o grupo e as ações de solidariedade a título individual, através dos pontos 7, 8, 9 e 10.

Elaboraram-se assim, as questões 7 e 9, com o complemento quantitativo das questões 8 e 10, de forma a avaliar o espírito solidário, através da participação em iniciativas na comunidade, antes de participarem no Projeto Ponte.

Cerca de 60% dos jovens participaram em iniciativas na ONGD do movimento JSF, antes de participarem no projeto Ponte³⁴ e 40% em outras Instituições de solidariedade e desenvolvimento. 30% (9 jovens) informaram no questionário que, participaram em iniciativas na escola e poucos foram (apenas 4 jovens) os que selecionaram a opção 7.2 – no clube / associação. 13 questionados informaram que participaram em mais de 10 atividades, 10 informaram que participaram entre 1 a 5 e por fim, seis jovens informaram que, participaram entre 6 a 10 vezes, em iniciativas da comunidade.

Individualmente, foram colocadas questões, no ponto 9, que têm como objetivo, verificar comportamentos / iniciativas individuais em prol da comunidade, importantes para se perceber a motivação solidária destes jovens. Tem-se presente em simultâneo nesta questão, conceitos como autonomização (afirmação de autonomia pessoal) e empowerment (reforço de competências, aquisição de poder, cidadania ativa e estímulo ao produtivismo) – dimensões de análise da participação.

³⁴ Como foi anteriormente referido, os jovens antes de saírem de Portugal, têm de ter obrigatoriamente, alguma experiência de Missão.

Deste modo e analisando as respostas ao questionário, verifica-se que todos os jovens participaram em campanhas de solidariedade, 70% dos jovens defenderam um colega perante a turma / escola, 19 jovens participaram em campanhas de sensibilização ambiental e 11 jovens reclamaram junto da direção da escola, sobre alguma coisa que não achassem bem. De destacar então, apenas a questão da participação em campanhas de solidariedade³⁵ e da iniciativa individual de ajuda ao próximo, constante no ponto 9.2.

Para complemento, informa-se que metade destes jovens tiveram entre 6 a 10 iniciativas próprias deste género, 11 jovens, mais de 10 e apenas 4 jovens tiveram entre 1 e 5 iniciativas individuais em prol da comunidade.

Estando a motivação solidária associada principalmente à melhoria das condições de vida e ajuda ao próximo, e dado que todos estes jovens participaram em campanhas de solidariedade em grupo e ações individuais, tendo mesmo metade deles participado entre 6 a 10 e 11 jovens, mais de 10, reforça-se a importância do conceito Solidariedade em si, perante a juventude, assim como o reforço da CD, através dos projetos solidários.

A descentralização, conceito debatido no quadro teórico, está relacionada com o projeto Ponte, através da ONGD, gestora do projeto. Sendo organizada por uma ONGD, logo carece da intervenção da sociedade civil e do voluntariado, características da descentralização. Para além do movimento JSF, conta igualmente com o apoio de várias entidades, empresas e doadores, fomentando deste modo, o poder descentralizado. Já nos projetos de desenvolvimento da SolSef, a descentralização é reforçada ainda pelo apoio do Estado Português, através do IPAD.

Por fim, sobre a complementaridade de atores, destacam-se para além dos voluntários, os parceiros. A questão dos voluntários já foi analisada anteriormente, aquando o conceito de voluntariado, realçando-se mais uma vez que, o projeto Ponte depende do voluntariado jovem. Todos os outros projetos da ONGD SolSef dependem igualmente do voluntariado Missionário Espiritano, em projetos de larga duração e a tempo inteiro, com a dedicação de irmãs e irmãos da Família Espiritana. Relativamente aos parceiros, a SolSef, tanto durante o planeamento e execução dos projetos Ponte, como em outros projetos de desenvolvimento tem vários parceiros. Estes são essencialmente missões católicas, assentes em terras africanas que verificam nos locais, as necessidades a colmatar ou apenas a apaziguar e, fazem a “ponte” entre os voluntários e as populações locais.

³⁵ Muitas são efetuadas dentro da SolSef, para apoio aos vários projetos da ONGD.

Para a análise final, ficou o conceito de Participação / Desenvolvimento Participativo, entretanto já bastante completado com a análise dos outros conceitos e das questões que lhes foram adstritas.

Na análise da Participação, estão definidas as seguintes dimensões de análise: motivos / razões para a Participação, planejamento, autonomização (estimulação de recursos, afirmação de autonomia pessoal e afirmação em grupo), mudança social, parcerias e empowerment (com variáveis de análise baseadas em reforço de competências, cidadania ativa, aquisição de poder e estímulo ao produtivismo e à autosuficiência).

Na dimensão de análise sobre os motivos / razões para participar no projeto, foi elaborada a questão 5, já analisada nos motivos / incentivos a participar no projeto, no conceito de Voluntariado.

Sobre o planejamento do Projeto, a SolSef tem em consideração a introdução de novas ideias dos participantes (até para que sejam estimulados recursos). Em entrevista ao Padre Tony Neves, percebeu-se que o projeto Ponte começa a ser elaborado com muito tempo de antecedência, tendo em conta o perfil e as competências dos jovens voluntários. Sendo o grupo de jovens escolhido com um ano de antecedência, o projeto vai sendo construído ao longo de seis encontros de preparação, apoiando-se assim, os dirigentes da JSF e da SolSef, em propostas, sugestões e ideias dos participantes, estimulando os recursos à participação e o trabalho em parceria. A SolSef proporciona uma boa participação durante o planejamento do projeto, estimulando assim recursos locais, através da introdução das ideias dos jovens e do aproveitamento das suas competências.

Sobre o Empowerment, elaboraram-se as questões 7 e 9, com o complemento quantitativo das questões 8 e 10, de forma a avaliar competências, aquisição de poder e o estímulo ao produtivismo e à autosuficiência, através da participação em iniciativas na comunidade, antes de participarem no Projeto Ponte. O resultado destas questões já foi analisado anteriormente, concluindo-se que a grande maioria destes jovens tem uma boa afirmação pessoal, é participativo e com uma cidadania bastante ativa.

Sendo assim e, para completar o estudo da Participação, resta analisar a dimensão da Mudança Social, análise imperiosa ao alcance de resultados deste projeto.

Para a dimensão da análise da Mudança Social, foram definidas três variáveis: alterações estruturais, mudanças de atitude e movimentos sociais. Para o efeito, foram elaboradas no questionário as questões 11, 12 e 13.

Sobre a resposta 11, que teve como objetivo, analisar comportamentos e formas de pensar e estar, após a participação numa Ponte, conseguiu-se os seguintes resultados: Mais de 50% dos

jovens que responderam ao questionário, informaram que mudaram os hábitos do quotidiano, após o contacto com outros povos; 80% dos jovens inquiridos, sentem-se agora, mais críticos, relativamente às questões da pobreza e mais preocupados com a fome e 90% mais críticos, relativamente à questão dos direitos humanos. Após esta experiência, quase 80% dos jovens sentem-se mais capazes de desenvolver atividades para o desenvolvimento da sua comunidade. No entanto, 22 jovens (pouco mais de 70% dos questionados) afirmaram não ter alterado hábitos de leitura. 90% dos jovens mostraram considerarem-se com sorte, terem acesso à escolaridade e aos estudos e 80% já não dá o mesmo valor aos bens materiais, após o contacto com populações que nada têm.

Por fim, apenas cerca de metade dos jovens (14) após esta experiência, levanta questões nas aulas, sobre direitos humanos e pobreza.

Para além da análise à mudança social destes jovens, as seguintes e últimas questões do documento, servem igualmente para averiguar comportamentos relacionados com a cidadania. A questão 12 é preenchida por atuações no quotidiano, na presente data, relativamente a diversos itens: o respeito pela opinião das outras pessoas foi assinalado por todos os jovens, como “muito” e “bastante” importante”. Uma outra atitude diária é a seleção do lixo, concluindo-se que quase 50% dos jovens faz essa seleção. 17 jovens informaram que respeitam “bastante”, as diferenças dos outros e 11 informaram que as respeitam “muito”.

40% dos jovens informaram que observam “muito” um colega /amigo, quando está com dificuldades, para ver com este se desembaraça. 10% observa-o bastante e para 20% é indiferente. Sobre a questão 12.5., 23 questionados selecionaram as opções “muito” e “bastante” (14 e 9 respetivamente) para o incómodo causado ao ver notícias sobre a fome.

26 jovens não costumam mentir ou mentem pouco. O mesmo género de resposta obteve-se para a questão 12.7. Praticamente ninguém atende o telemóvel durante as aulas (21 respostas para a escala 1 e 5 para a escala 2³⁶) – questão 12.8. Todos os jovens se preocupam muito e bastante, com o bem estar dos outros e, por fim, 90% dos jovens inquiridos, abdicariam do seu bem estar, para ajudar alguém.

A última questão do questionário, também relacionada com a cidadania, serve para realçar a opinião dos 30 jovens perante determinadas afirmações, de forma a descobrir opiniões sobre diversos assuntos da sociedade atual. Na questão 13.1., pretendeu-se saber a opinião dos jovens sobre a seguinte afirmação: É impossível acabar com a fome e com a pobreza. 14 dos questionados não concordaram com esta afirmação e 5 concordaram, mas pouco. 10% não

³⁶ Não houve quatro respostas, a esta questão.

concordaram, nem discordaram. Ora, mais de 18% destes jovens acredita numa mudança nas sociedades atuais, através da eliminação da fome e da pobreza. Na segunda afirmação, 50% não concordaram ou concordaram pouco, com a mesma. Podemos concluir que, para metade destes jovens, o voluntariado não serve apenas para resolver problemas humanitários mas sim, para ajudar a colmatar tantas outras necessidades e desigualdades. Houve praticamente unanimidade na afirmação seguinte, salientando-se a responsabilidade perante o próximo. 23 inquiridos, não concordam e 2 concordam pouco com a afirmação seguinte, constante no ponto 13.4.: deveríamos ter mais direitos do que obrigações. Deste ponto e, com mais de 80% de discordância, pode-se concluir que uma boa cidadania é importante para estes jovens. A unanimidade marcou a afirmação seguinte: as ONG nada podem fazer para acabar com a pobreza e com a fome, com 27 participantes a discordarem e 3 a concordarem pouco. A conclusão seguinte marca igualmente a importância de uma boa cidadania para estes jovens: Quase 90% dos questionados entendem que, o voto é uma obrigação de todos os cidadãos.

As seis afirmações seguintes têm um papel fundamental neste questionário, pois têm como objetivo, perceber a opinião dos jovens sobre pontos fundamentais deste estudo e cujas conclusões marcam igualmente as conclusões e recomendações deste trabalho de projeto.

90% dos jovens concordam (13) e concordam plenamente (14) que a escola é o lugar ideal para valorizar a cooperação entre jovens. Para a afirmação presente no ponto 13.8., existe quase uma unanimidade, apenas com uma opinião contra. Ora, 10 jovens concordam e 19 concordam plenamente que, o intercâmbio entre jovens é fundamental para aprender a respeitar outras culturas. Igualmente, 9 jovens concordam e 19 concordam plenamente que, a educação para a cidadania deveria estar presente em todas as disciplinas.

Também, com resultados unânimes os questionados são da opinião que, as questões da cidadania ajudam os jovens a serem cidadãos mais críticos. Igualmente, com resultados unânimes os inquiridos são da opinião que, a participação em ações de solidariedade promove a cidadania. Por fim, com os mesmos resultados, os inquiridos também são da opinião que, o convívio com jovens de outras raças e culturas contribui para mudar socialmente o comportamento dos jovens.

Ora, estas últimas questões vão ao encontro das conclusões retiradas da análise aos conceitos e são uma forte influência às conclusões retiradas para este trabalho.

Finaliza-se então esta análise de conteúdos, no âmbito da mudança social, dimensão de análise da participação, informando que, existem alterações estruturais e mudanças de atitude, após experiências de contacto direto com outras culturas, outros povos e outras necessidades e os próprios jovens, que foram sujeitos a análise neste estudo concordam que foram alvo

dessas mudanças e que as mesmas experiências, trariam alterações estruturais na maneira de pensar e agir de toda a adolescência.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Finalizado o enquadramento teórico, com um estudo aprofundado dos conceitos a tratar e da sua interligação, e finalizada igualmente a análise das respostas ao questionário, elaborado a 30 jovens participantes / voluntários, complementado com a entrevista ao responsável pelo projeto na ONG, confrontando-se assim a teoria com a prática, podem-se tecer conclusões e fazerem-se recomendações.

Sendo que o principal objetivo deste trabalho de projeto é perceber se a cooperação descentralizada pode contribuir para criar jovens ativos, participativos e sensíveis às questões quotidianas da sociedade e do exercício democrático, com o estudo dos conceitos e a análise de resultados do questionário, pode-se afirmar que sim, a cooperação descentralizada, através de ações de solidariedade e voluntariado, contribui para criar jovens ativos e participativos. Uma boa cidadania requer uma sensibilidade às questões das sociedades atuais e ao exercício democrático.

A sociedade atual estimula um individualismo baseado na competição, favorecendo sentimentos agressivos que incitam à rivalidade e, por isso, traduz-se numa mudança que não estamos a conseguir acompanhar e sustentar. Ações e iniciativas que fomentem uma transformação social adequada ao bem estar das pessoas, à igualdade de oportunidades, à justiça e equidade social e que desaprove resignações, mau estar, desigualdades, pobreza e muitas vezes violência, são ações e iniciativas que educam quem nelas participa.

Perante os objetivos específicos – compreender se a cooperação descentralizada é um motor transmissor de mudanças comportamentais nos jovens e também compreender se a participação de jovens como voluntários em ações de cooperação descentralizada fomenta o reforço da sua cidadania ativa, dado o exemplo apresentado através do questionário feito a 30 jovens participantes no projeto Ponte, da ONGD SolSef e os resultados obtidos na análise do mesmo, podemos concluir que estes objetivos específicos foram igualmente atingidos de forma positiva:

- a) A cooperação descentralizada fomenta o reforço da cidadania e da participação juvenil.
- b) O contacto direto com outros jovens em realidades e culturas diferentes altera o comportamento social da Juventude;

De salientar que praticamente todos os jovens questionados se identificam pela positiva, com os conceitos aqui tratados e que concordam mesmo que foram alvo de mudanças estruturais ao seu comportamento e que, caso houvesse mais experiências desta índole, as mesmas trariam alterações à maneira de ser, de pensar e de agir, a quem nelas participasse.

A análise ao quadro teórico deste trabalho permite concluir que os conceitos de cooperação descentralizada, participação ou desenvolvimento participativo, empowerment e cidadania são conceitos que estão interligados e complementam-se. A sua complementaridade e os efeitos positivos de uma boa utilização dos mesmos podem ser uma mais valia para a Juventude na construção de cidadãos responsáveis, com autonomia, reforçando as suas competências e construindo mecanismos de cidadania ativa.

A Participação dos jovens em atividades e projetos desta índole, na área da cooperação descentralizada, através das ONG's, estimula o seu produtivismo individual, assim como o produtivismo coletivo, a sua auto-suficiência, auto-confiança e criatividade. Ora, é com base nestes pressupostos do empowerment, que as sociedades atuais devem evoluir, não impondo ou discriminando os seus atores e os jovens que dela fazem parte, como cidadãos ativos, mas aproveitando a sua criatividade e a introdução de novas ideias, inovando recursos, construindo um futuro que passe pelo apoio unânime de toda a sua população. “A participação dos jovens é indispensável para uma mudança social e para o aprofundamento da democracia (Merkle, 2003).” (UN, 2011:35)

Os jovens tendem a unir-se socialmente e essa capacidade social é também relevante ao desenvolvimento das comunidades. Como foi atrás referido, Putnam defende que os principais componentes do capital social são a confiança, as normas de reciprocidade e o envolvimento nas redes sociais. Ora, quaisquer destas características são comuns à Juventude e não estão a ser aproveitadas pelos agentes da sociedade sejam eles: estado ou entidades particulares. Apenas o terceiro setor vai aproveitando estas capacidades e usando estes recursos, muitas vezes, na mobilização a favor de terceiros.

Todo este capital humano deve ser aproveitado pela sociedade. A sociedade deve aprender a mobilizar estes recursos e potencialidades dos jovens e aproveitá-los para resolver problemas atuais.

As entidades que diretamente lidam com as populações juvenis, como as escolas, têm de aprender a ouvir e evoluir, criando mecanismos que lutem contra a discriminação e o isolamento. Estes jovens que são isolados da sociedade, criando mundos próprios, podem, segundo Villacorta e Rodríguez (Monteiro, 2008:62) ser o centro dos processos de desenvolvimento.

A escola é o principal lugar de transmissão e aquisição de saberes. Além disso, constitui um espaço social onde se combinam diferentes aspirações individuais. No entanto, o sistema educativo define regras e procedimentos impostos, muitas vezes, contra vontades. Uma sala de aula não demonstra a vivência adquirida quando se tem a experiência de estar em contacto direto com outros povos, outras populações, outras culturas, através da cooperação, na partilha de valores e projetos comuns, desenvolvendo assim indiretamente personalidades, capacidade de autonomia e espírito crítico.

A escola deve assumir a tarefa de promover estratégias de aprendizagem, baseadas em trabalhos de grupo, em convívio, em intercâmbios e com elas, construir educação. Para isso deve estabelecer novos contratos com os novos agentes, que se vêm formando na área da cooperação descentralizada.

Os jovens necessitam através da escola, de serem educados para a Paz, para os valores, para promoverem a ética e moral e o respeito por outras sociedades. O conhecimento de matemática, história, línguas, ciências são imperativos ao saber mas, o resultado final é o desenvolvimento de capacidades, de competências que permitam uma boa capacidade e participação cívica.

No entanto, o desenvolvimento da personalidade dos jovens, não depende apenas da escola mas da vivência em sociedade, da realização de experiências que não são possíveis dentro da escola. Para isso, a educação formal necessita da ajuda de outros agentes para construir essas personalidades, através de recursos dados pela comunidade exterior, partilhando tarefas com outros agentes da sociedade. Ao longo deste documento, foram descritos vários locais de aprendizagem de competências, para além das escolas, dos quais podemos destacar associações, clubes e principalmente organizações não governamentais, aprendizagem feita, através de dinâmicas associativas e de voluntariado.

Por outro lado, deve haver um reconhecimento a nível político, das Organizações Juvenis enquanto agentes, pois podem tornar-se num importante parceiro social, porque a participação dos jovens, através das suas experiências, torna-se uma mais valia nos dois sentidos.

É importante a construção de políticas que fomentem a participação dos jovens, através das escolas ou através de organizações da sociedade civil, que permitam uma participação direta nos assuntos que lhes dizem diretamente respeito.

Os novos agentes da sociedade necessitam de serem alvo de novas investigações, de forma a perceber-se o papel essencial no desenvolvimento local, regional, nacional e internacional. É imperioso aprofundar as questões do voluntariado jovem, da sua importância no reforço de

competências e cidadania, assim como na relevância que o mesmo tem para a sustentabilidade das organizações do terceiro setor, que tanto fazem pelas sociedades atuais.

Por outro lado, a “cidadania multicultural” defendida por Will Kymlicka, pode ser construída no sentido de acabar com muitos problemas atuais: a discriminação, a exclusão de minorias étnicas, conflitos etnoculturais e injustiças. Para isso, basta ensinar os jovens a acolher, a compreender e a servir o outro.

O facto de alguns alunos fazerem voluntariado em países pobres, como o caso dos jovens voluntários do projeto Ponte, da ONGD SolSef, proporciona-lhes o contacto com outras sociedades, pessoas e culturas, desenvolvendo assim a sua capacidade de pensar e agir, de desenvolver competências, de saber intervir, de compreender as mudanças do mundo, através de experiências vividas.

Tem de haver uma sensibilização da juventude para a participação e para uma cidadania ativa e essa sensibilização passa pelo contacto direto com outros jovens, que têm outras experiências de vida e de necessidades.

Devemos aprender com quem não tem a sorte de ter nascido num continente desenvolvido e diferente e que por isso, não tem as mesmas oportunidades que nós temos.

Cooperar, é simplesmente uma questão de conhecer.

Para que exista uma educação válida é necessário que se desenvolva o pensamento crítico e independente dos jovens, um desenvolvimento que é colocado em contínuo perigo pelo excesso de matérias. Tal excesso conduz necessariamente à superficialidade e a falta da verdadeira cultura.

Albert Einstein

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- ACEP, *Cooperação Descentralizada, Entre Norte e Sul, reequilibrar poderes, reforçar solidariedades, favorecer mudanças*, Lisboa, ACEP.
- Afonso, Maria Manuela (1998), *Cooperação Descentralizada, O Caso dos Municípios Portugueses*, Lisboa, CIDAC.
- Afonso, Maria Manuela (1995), *Cooperação para o Desenvolvimento: características, evolução e perspectivas futuras*, Lisboa, CIDAC.
- Afonso, Maria Manuela e Ana Paula Fernandes (2005), *abCD, Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento*, Lisboa, IMVF, OIKOS.
- Almeida, João Ferreira e José Madureira Pinto (1976), *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Presença.
- Alves, Maria Inês Pacheco (1996), *As ONG na Política Comunitária de Cooperação para o Desenvolvimento*, Lisboa, CIDAC.
- Amaro, Rogério Roque (2009-2010), Apontamentos das aulas, da unidade curricular de Seminário sobre teorias e práticas do Desenvolvimento, do Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais, Lisboa, ISCTE.
- Amaro, Rogério Roque (2003), “*Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria*”, *Caderno de Estudos Africanos*, 4, Centro de Estudos Africanos, ISCTE, pp.35-70.
- Amaro, Rogério Roque (Coord.) (2002), *O Voluntariado nos projectos de luta contra a pobreza em Portugal*, Lisboa, Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários.
- Araújo, Sónia Almeida (2008), *Contributos para uma educação para a cidadania: Professores e Alunos em Contexto Intercultural*, Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, Lisboa, ACIDI.
- Barbalet, J.M. (1989), *A cidadania*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Barreira, Ana Maria Luciano (2010), *Cooperação Descentralizada Príncipe – Portugal: Eficiência da existência de redes de cooperação*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa
- Barreno, Maria Isabel (1988), *O Direito ao Presente, um Estudo sobre a Juventude Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Bernardo, Edgar Alexandre da Cunha (2009), *Desenvolvimento Local Sustentável: discursos, estratégias e (in)consequências. O caso Esmabama*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais, Lisboa, ISCTE.
- Cabral, Manuel Villaverde e José Machado Pais (1998), *Jovens Portugueses de Hoje*, resultados do inquérito de 1997, Lisboa, Celta editora.
- Colaço, João Paulo R.Martinho (2008), *Do Desenvolvimento da Participação à Participação do Desenvolvimento*, dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais, Lisboa, ISCTE.
- CNE (2001), *Educação e Associativismo – Para além da Escola...*, 1999, actas do Seminário de Educação e Associativismo, Lisboa, Conselho Nacional de Educação.

- COM (2008), *Communication from the Commission to the Council, the European Parliament and the European Economic and Social Committee and Committee of the Regions, Local Authorities: Actors for Development*, Brussels. Disponível em:
<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0626:FIN:EN:PDF>
- Comissão Independente População e Qualidade de Vida (1998), *Cuidar o Futuro, Um programa radical para viver melhor*, Lisboa, Trinova Editora.
- Delicado, Ana (2003), “A Solidariedade como valor social no Portugal contemporâneo”, em Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos (orgs.), *Valores Sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, ICS-UL.
- Ferreira, Pedro M. e Pedro Alcântara Silva (2006), *O Associativismo Juvenil e a Cidadania Política*, Lisboa, Instituto Português da Juventude.
- Ferreira, Manuel Ennes e Maria do Rosário Costa (2004), *Geminações Autárquicas e CPLP: que articulação no apoio ao desenvolvimento económico local*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Disponível em:
www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/ManuelEnnesFerreira.pdf
- Ferreira, Pedro Moura (2003), “Valores Morais: as noções de «certo» e de «errado» na transição pós-moderna”, em Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos (orgs.), *Valores Sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, ICS-UL.
- Ferreira, Pedro M. (Coord.) e Pedro Alcântara da Silva (2006), *O Associativismo Juvenil e a Cidadania Política*, Lisboa, Instituto Português da Juventude.
- Fortin, Marie-Fabienne (2000), *O processo de investigação: da concepção à realização*, Loures, Lusociência.
- Friedmann, John (1996), *Empowerment, uma política de desenvolvimento alternativo*, Oeiras, Celta Editora.
- Guthrie, Diane M. (2008), “Strengthening the principle of participation in practice for the achievement of the Millennium Development Goals”, em United Nations, *Participatory Governance and the Millennium Development Goals*, New York, United Nations.
- Halman, Loek (2003), “Capital Social na Europa contemporânea”, em Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos (orgs.), *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, ICS-UL.
- Hammarskjöld, Dag (1975), *what now? Another Development – The 1975 Dag Hammarskjöld Report on Development and International Cooperation*, Uppsala, Dag Hammarskjöld Foundation.
- Henriques, Augusta (2009), “Construir o paraíso aqui: semear mudança para colher esperança”, em ACEP, *Cooperação Descentralizada, Entre Norte e Sul, reequilibrar poderes, reforçar solidariedades, favorecer mudanças*, Lisboa, ACEP.
- Henriques, José Manuel (1990), *Municípios e Desenvolvimento – Caminhos Possíveis*, Lisboa, Escher Publicações.
- Kemp, Deanna (2003), *Discovering Participatory Development Through Corporate – NGO Collaboration: A Mining Industry Case Study*, Centre for Social Responsibility in Mining Research Paper, nº 2, June: Disponível em:
<http://www.csr.mq.edu.au/docs/Paper2DKemp.pdf>

- Kuswidiati, Wiwit (s.a.), *A Case Study of Participatory Development in the One Village One Product Movement: Green Tourism in Ajimu Town, Oita, Japan and Agro Tourism in Pasuruanm East Java, Indonesia*: Disponível em:
http://www.iovoppa.org/journal/01_200810/ja/11_wiwit-j.pdf
- Moniz, Mário (2009), “*Plataforma das ONG, Referência obrigatória no panorama dos actores não governamentais em Cabo Verde*”, em ACEP, *Cooperação descentralizada: entre norte e sul, reequilibrar poderes, reforçar sensibilidades, favorecer mudanças*, Lisboa, ACEP.
- Monteiro, Alcides A. (2004), *Associativismo e Novos Laços Sociais*, Coimbra, Quarteto.
- Monteiro, Gisela Gomes (2008), *Empowerment – uma estratégia de luta contra a pobreza e a exclusão social em Cabo Verde – o caso de Lajedos*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais: Análise e Gestão, Lisboa, ISCTE.
- Morgado, Beatriz (2006), *Ponte 2006 – Angola – Huambo, Reconstruir na Paz e na Justiça*, Informação Sol Sem Fronteiras, Ano X, 38, pp.4.
- Neves, Tony (2008), *Ousar estar perto...*, Lisboa, Jovens Sem Fronteiras, Sol Sem Fronteiras e Missionário do Espírito Santo.
- Neves, Tony (2005), “*Os Jovens Sem Fronteiras*”, em Pe. Adélio Torres Neiva, Cssp. “*A História da Província Portuguesa*”, Lisboa, Congregação do Espírito Santo e do Imaculado Coração de Maria, pp.849-857.
- Neves, Tony (2010), *Dossier de Projectos*, Informação Sol Sem Fronteiras, Ano XVI, 42, pp.5-8.
- Neves, Tony, (2009), *Leigos com Missão, A “Revolução missionária”*, *Encontro*, Publicação Mensal dos Missionários do Espírito Santo, 421, pp.14-20.
- Pinto, Manuel, Juan Carlos Tedesco, José Machado Pais, Ana Paula Relvas (1999), *As pessoas que moram nos alunos – ser jovem, hoje, na escola portuguesa*, Porto, Edições ASA.
- Ramos, Miguel António (2002), *A Cooperação Descentralizada em Cabo Verde*, Praia, Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional, Unidade de Coordenação do Projecto Reforma e Capacitação do Sector Público II.
- Resolução do Conselho de Ministros 196/2005: *Uma visão estratégia para a Cooperação Portuguesa*.
- Reimão, Cassiano (2000), “*Síntese Final*”, em CNE, *Educação Intercultural e Cidadania*, Seminário de Educação Intercultural e Cidadania, Lisboa, CNE.
- Ribeiro, Hermínia (2010), *O papel das autarquias na luta contra a pobreza em Cabo Verde – O caso da Ilha do Maio*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais, Lisboa, ISCTE.
- Sangreman, Carlos (coord.) (2009), *A Cooperação Descentralizada e as dinâmicas de mudança em países africanos – os casos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau*, Lisboa, CESA e ACEP
- Santa, Cátia, Joana Cruz (2010), *Ponte 2010 – Os Horizontes no Regresso*, Informação Sol Sem Fronteiras, ano XVI, 43, pp.14-15.
- Santos, Fernando Augusto de Sá Neves dos (2004), *Juventude, Consumo e Globalização, Uma análise comparativa*, tese apresentada para a obtenção de grau de Doutor em Gestão, Lisboa, ISCTE.

- Santos, Maria Emília Brederode e Maria do Céu Roldão (1986), “*As Associações de Estudantes no Ensino Secundário. Um modo de promover o desenvolvimento sócio-moral e a formação cívica dos jovens*”, *Revista Desenvolvimento*, II, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Sen, Gita, Adrienne Germain e Lincoln C.Chen (1994), *Population policies reconsidered: health, empowerment and rights*, New York, Harvard Center for Population and Development Studies.
- Silva, Augusto Santos (1956), *Cultura e Desenvolvimento: Estudos sobre a Relação entre Ser e Agir*, Oeiras, Celta Editora.
- Schiefer, Ulrich et.al. (1998), *A Cooperação da Sociedade Civil Portuguesa na Área da Solidariedade Social*, Lisboa, CEA – ISCTE, Ministério da Solidariedade e Segurança Social.
- Schiefer, Ulrich (2008), *Integrated Evaluation of Change, A new perspective for planning and evaluation in multiple intervention environments*, s.l., Periploi.
- Schiefer, Ulrich (Coord.) (2006), *MAPA – Manual de Planeamento e Avaliação de Projectos, Método Aplicado de Planeamento e Avaliação*, São João do Estoril, Principia.
- SOLSEF (2008), *Ponte 2008, Saúde e Educação em tempo de Paz*, Missão Católica do Chinguar, Diocese do Kuito-Bié, Angola, Lisboa, Associação Sol Sem Fronteiras.
- UN-HABITAT (2011), *Young People, participation, and sustainable development in an urbanizing World, A working paper*, Norway, Norwegian University of Sciences and technology.
- Vala, Jorge (1986), “*Identidade e valores da juventude portuguesa – uma abordagem exploratória*”, *Revista Desenvolvimento*, II, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Vala, Jorge (1993), “*Valores Sócio – Políticos*”, em Luís de França (coord.), *Portugal, Valores Europeus, Identidade Cultural, Valores Sócio-Políticos*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Páginas eletrónicas consultadas:

www.cplp.org

http://europa.eu/youth/about_pt.html

<http://www.socialcapital-foundation.org>

www.ids.ac.uk/ids/particip/

[www.uzh.ch:](http://www.uzh.ch)

http://www.uzh.ch/wsf/WSFocus_Pillai.pdf

[www.yale.edu:](http://www.yale.edu)

<http://www.yale.edu/tri/pdfs/bulletin2005/066Bull05-Patel.pdf>

[http://www.eci.ox.ac.uk:](http://www.eci.ox.ac.uk)

<http://www.eci.ox.ac.uk/~dliverma/articles/Mohan.pdf>

[http://www.ethiopia-ed.net:](http://www.ethiopia-ed.net)

<http://www.ethiopia-ed.net/images/121083162.pdf>

[http://www.uiowa.edu:](http://www.uiowa.edu)

<http://www.uiowa.edu/ifdebook/ebook2/contents/part2-IV.shtml>

The World Programme of Action for Youth to the year 2000 and Beyond:

[http://www.un.org/events/youth98/backinfo/ywpa2000.htm#Priority 10:](http://www.un.org/events/youth98/backinfo/ywpa2000.htm#Priority 10)

<http://www.unyouth.com/images/documents/50-81.pdf>

http://ec.europa.eu/youth/index_en.htm

www.acp-eucourier.info/La-societe-civile-AC.1021.0.html?&L=3

www.cor.europa.eu/pages/HomeTemplate.aspx

www.ccre.org

www.unric.org/html/portuguese/ecosoc/youth/Jovens-3.pdf

ANEXOS

Anexo A: Regulamento (CE) n.º1905/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho

Anexo B: Objetivos do Desenvolvimento do Milénio

Anexo C: Lei nº 66/98 de 14 de Outubro

Anexo D: Estatutos SolSef

Anexo E: Projeto Ponte 2008

Anexo F: Questionário

Anexo G: Entrevista

Anexo H: Grelha de análises

Anexo I: Testemunhos

“Sê a mudança que queres ver no mundo”

Ghandi